

Proposta da Administração

AGO de 08/04/2026

Sumário

Proposta da Administração	3
---------------------------	---

Anexos

Anexo I	Proposta de destinação do lucro líquido (Anexo A da Resolução CVM 81/2022)	9
Anexo II	Comentários da Administração sobre a situação financeira da Companhia (nos termos do item 2 do FRE – Resolução CVM 81/2022)	18
Anexo III	Candidatos para composição dos Conselhos de Administração e Fiscal	61
Anexo IV	Informações sobre Remuneração dos Administradores e do Conselho Fiscal (nos termos do item 8 do FRE – Resolução CVM 81/2022)	80

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
COMPANHIA ABERTA | CVM nº 01452-4
CNPJ/MF nº 15.139.629/0001-94 | NIRE 29.300.003.816

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
DE 08 DE ABRIL DE 2026

A Administração da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA (“Neoenergia Coelba” ou “Companhia”) submete aos senhores acionistas da Companhia (“Acionistas”) a presente proposta da Administração, com relação às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da Companhia (“Assembleia”) a ser realizada em 08 de abril de 2026, às 13:00 horas, na sede social da Companhia, de modo exclusivamente presencial para melhor eficiência e organização dos trabalhos, observadas as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e das Resoluções da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 80 e 81, ambas de 29 de março de 2022, conforme alteradas, bem como do Estatuto Social da Companhia (“Proposta da Administração”).

Assembleia Geral Ordinária:

1. Apreciação das contas e do relatório anual dos administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, acompanhadas dos Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal

As contas dos administradores são apresentadas por meio do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras aprovadas pela Diretoria da Companhia.

O Relatório da Administração contém informações sobre o cenário macroeconômico e o desempenho financeiro e das operações da Companhia, com comentários sobre as principais contas da Demonstração do Resultado do Exercício, assim como informações relacionadas aos colaboradores, responsabilidade social, mercado de energia, governança corporativa, dentre outras.

Já as Demonstrações Financeiras expressam a situação econômico-financeira da Companhia e as mudanças patrimoniais ocorridas no exercício social. Através da análise das Demonstrações Financeiras é possível avaliar a situação patrimonial, os índices de liquidez, o nível de lucratividade e o grau de endividamento da Companhia.

As Demonstrações Financeiras são apresentadas conforme abaixo:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Demonstração do Valor Adicionado; e

- Notas explicativas.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria Executiva, submetidas à aprovação do Conselho de Administração e ao exame e opinião do Conselho Fiscal, tendo sido consideradas em condições de serem submetidas à Assembleia.

Além disso, as Demonstrações Financeiras da Companhia foram auditadas e obtiveram parecer favorável dos auditores independentes da Companhia, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

As Demonstrações Financeiras foram publicadas no jornal Valor Econômico impresso e digital, no dia 12 de fevereiro de 2026, de acordo com a legislação aplicável, e encontram-se disponíveis na sede da Companhia e nos websites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da Companhia (ri.neoenergia.com).

Importante mencionar que as Demonstrações Financeiras da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das S.A. e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A Administração da Companhia recomenda aos seus Acionistas que examinem detidamente os documentos colocados à disposição, a fim de deliberarem acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia e, caso concordem, aprovem as referidas contas.

2. Proposta para destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/12/2025 e a distribuição de dividendos

A destinação do lucro líquido consiste em determinar as parcelas do lucro líquido que serão apropriadas às reservas de lucros, legais e/ou estatutárias, e as que serão distribuídas como dividendos.

A Administração da Companhia propõe, “ad referendum” da Assembleia Geral dos Acionistas, a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de **R\$ 1.953.688.725,02 (um bilhão, novecentos e cinquenta e três milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, setecentos e vinte e cinco reais e dois centavos)**, da seguinte forma:

- Reverter o montante de R\$ 150.296.740,39 (cento e cinquenta milhões, duzentos e noventa e seis mil, setecentos e quarenta reais e trinta e nove centavos) da Reserva de Incentivo Fiscal Sudene.
- Constituir Reserva de Retenção de Lucros no montante de R\$ 566.454.465,41 (quinhentos e sessenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e um centavos).

- Ratificar a declaração intermediária de Juros Sobre o Capital Próprio, no montante total bruto de R\$ 491.531.000,00 (quatrocentos e noventa e um milhões e quinhentos e trinta e um mil reais), tendo sido **(i)** o montante de R\$ 105.907.000,00 (cento e cinco milhões e novecentos e sete mil reais) declarado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de março de 2025, **(ii)** o montante de R\$ 123.194.000,00 (cento e vinte e três milhões e cento e noventa e quatro mil reais) declarado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de junho de 2025, **(iii)** o montante de R\$ 141.010.000,00 (cento e quarente e um milhões e dez mil reais) declarado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de setembro de 2025, e **(iv)** o montante de R\$ 121.420.000,00 (cento e vinte um milhões e quatrocentos e vinte mil reais) declarado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 19 de dezembro de 2025; sendo que os montantes indicados nos itens (i), (ii) e (iii) já foram integralmente pagos e o montante indicado no item (iv) serão pagos até 31 de dezembro de 2026, sem qualquer correção ou atualização monetária, líquido de impostos.
- Considera-se, ainda, a distribuição de Dividendos intermediários, no montante total bruto de R\$ 1.046.000.000,00 (um bilhão e quarenta e seis milhões de reais) declarado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de outubro de 2025, integralmente pagos.

Descrição	2025
Lucro líquido do exercício	1.953.688.725,02
Reserva de incentivo Sudene	150.296.740,39
Lucro líquido do exercício ajustado	2.103.985.465,41
Reserva de retenção de lucros	(566.454.465,41)
Total da remuneração a ser distribuída	1.537.531.000,00
Juros sobre capital próprio	491.531.000,00
Dividendos Intermediários	1.046.000.000,00
Total da remuneração distribuída	1.537.531.000,00

As informações relativas ao lucro líquido do exercício e a proposta de sua destinação, bem como os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, constam do **Anexo I** (Anexo A - Resolução CVM 81/2022) e do **Anexo II**, respectivamente, desta Proposta da Administração.

3. Aprovação do Orçamento de Capital

A Lei das S.A. dispõe sobre a retenção de lucros e o orçamento de capital, conforme abaixo transcrito:

Art. 196. A assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

§ 1º O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e

aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento.

§ 2º O orçamento poderá ser aprovado pela assembleia-geral ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.

A Administração da Companhia propõe, “ad referendum” da Assembleia Geral, a aprovação do Orçamento de Capital da Companhia abaixo demonstrado, bem como a aprovação da destinação do montante de R\$ 566.454.465,41 (quinhentos e sessenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e um centavos) para a Reserva de retenção de lucros referente ao exercício de 2025, com finalidade de dar continuidade aos investimentos em curso da Companhia.

Em conformidade com o artigo 27, §1º, (IV) da Resolução CVM 80/2022, demonstramos a seguir a proposta de Orçamento de Capital da Companhia, bem como as fontes de recursos para o exercício de 2026:

R\$ MM	
ORÇAMENTO DE CAPITAL	2026
APLICAÇÕES DE RECURSOS	
Distribuição de Alta Tensão (Renovação / Expansão)	1.337
Linhas	909
Subestações / Automação	429
Distribuição em Média Tensão	2.074
Renovação / Expansão de Rede	572
Novas Ligações	1.502
Instalações Gerais	11
Projetos Especiais	577
Luz para Todos	291
Outros	286
TOTAL	4.000
FONTES DE RECURSOS	
Retenção de Lucros	566
Geração de caixa e recursos de terceiros	3.433
TOTAL	4.000

4. Definição do número de membros que irá compor o Conselho de Administração e eleição dos seus membros titulares e respectivos suplentes

A Administração da Companhia propõe e recomenda à Assembleia Geral a definição de 6 (seis) membros para compor o Conselho de Administração, e a eleição dos membros titulares e suplentes, conforme abaixo indicado, todos com mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício de 2027.

MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTES
Eduardo Capelastegui Saiz (Presidente)	Vago
Ana Teresa Lafuente González	Vago
Giancarlo Vassão de Souza	Vago
Leonardo Pimenta Gadelha	Vago
Edison Antônio Costa Britto Garcia (Independente)	-
Esdras Mamona dos Santos (Representante dos empregados)	André Ricardo Oliveira Macedo (Representante dos empregados)

Conforme o art. 17, §2º do Estatuto Social da Companhia, a eleição dos representantes dos empregados se deu em separado, para os cargos de membro efetivo e suplente do Conselho de Administração.

O candidato a conselheiro independente, Sr. Edison Antônio Costa Britto Garcia, enviou ao Conselho de Administração declaração atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência. O Conselho de Administração da Companhia entende que o candidato ao cargo de conselheiro independente satisfaz os critérios de independência.

Conforme previsto no Artigo 11 da Resolução CVM 81, as informações referentes aos Conselheiros ora indicados constam do **Anexo III** deste Manual.

5. Definição do número de membros que irá compor o Conselho Fiscal e eleição dos seus membros titulares e respectivos suplentes

Conforme previsto no Artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal funcionará em caráter permanente, tendo como principais atribuições fiscalizar os atos dos administradores, examinar e opinar sobre as Demonstrações Financeiras e reportar suas conclusões aos Acionistas da Companhia.

O Conselho Fiscal será composto por no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. Os membros do Conselho Fiscal, conforme previsto no Parágrafo 6º do Artigo 161 da Lei das S.A., exercerão seus cargos até a primeira assembleia geral ordinária que se realizar após a sua eleição, e poderão ser reeleitos.

Nos termos do §1º do Artigo 32 do Estatuto Social, um dos membros efetivos e respectivo suplente poderão ser eleitos, em eleição em separado, pelos acionistas titulares de ações preferenciais que comparecerem à Assembleia. Ainda, nos termos do §2º do mesmo Artigo, um dos membros do Conselho Fiscal e respectivo suplente poderão ser eleitos pelos acionistas minoritários que representem, em conjunto, dez por cento (10%) ou mais das ações com direito a voto.

De acordo com a Lei das S.A., somente podem ser eleitos para o Conselho Fiscal pessoas naturais, residente no País, diplomados em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por no mínimo 3 (três) anos, o cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal. Os membros do Conselho Fiscal eleitos firmarão o respectivo termo de posse e deverão firmar declaração de que não estão incurso em qualquer dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer a atividade mercantil.

Em cumprimento às instruções acima descritas, a Administração da Companhia propõe que o Conselho Fiscal seja composto de 4 (quatro) membros titulares e seus respectivos suplentes, cuja indicação encontra-se abaixo, com mandato até a primeira assembleia geral ordinária que se realizar após a sua eleição:

MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTES
Francesco Gaudio	José Antonio Lamenza
Eduardo Valdés Sanchez	Glaucia Janice Nitsche
João Guilherme Lamenza	Antonio Carlos Lopes
Fabiano Romes Maciel	Maria da Glória Guimarães dos Santos

Conforme previsto no Artigo 11 da Resolução CVM 81/2022, as informações referentes aos conselheiros indicados constam do **Anexo III** desta Proposta.

6. Fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia e do Conselho Fiscal

Conforme disposto (i) no Parágrafo 10º do Artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, a remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada pela Assembleia Geral, (ii) no Artigo 34 do Estatuto Social da Companhia, a remuneração do Conselho Fiscal será fixada, anualmente, pela Assembleia geral que eleger os seus membros, (iii) no Artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, a remuneração dos membros da Diretoria será fixada pelo Conselho de Administração.

A Administração da Companhia propõe aos Acionistas a aprovação da seguinte remuneração dos Administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2026, líquida de encargos sociais:

Proposta de remuneração dos Administradores e membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2026	
Órgão	Valor global (R\$)
Diretoria Estatutária	até R\$ 9.723.105,43
Conselho de Administração	até R\$ 223.337,35
Conselho Fiscal	até R\$ 411.278,09
Total	até R\$ 10.357.720,87

O Conselho Fiscal tem sua remuneração estabelecida conforme § 3º do Artigo 162, da Lei das S.A., que determina que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento (10%) da remuneração que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

As informações previstas no item 8 do Formulário de Referência, conforme determinado pela Resolução CVM 81/2022, relativas à remuneração dos Administradores e membros do Conselho Fiscal, constam do **Anexo IV** desta Proposta.

ANEXO I

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO (ANEXO A DA RESOLUÇÃO CVM 81/2022)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido apurado pela Companhia no exercício social de 2025 é de 1.953.688.725,02 (um bilhão, novecentos e cinquenta e três milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, setecentos e vinte e cinco reais e dois centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global bruto de dividendos, incluindo juros sobre capital próprio e dividendos intermediários já declarados, do exercício 2025 é de R\$ **1.537.531.000,00** (um bilhão, quinhentos e trinta e sete milhões e quinhentos e trinta e um mil reais), dos quais:

(i) R\$ 491.531.000,00 (quatrocentos e noventa e um milhões e quinhentos e trinta e um mil reais) se referem aos Juros Sobre o Capital Próprio, sendo: **a)** R\$ 105.907.000,00 (cento e cinco milhões e novecentos e sete mil reais) declarados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27/03/2025, correspondentes aos valores brutos de (i) R\$ 0,3916911808 por ação ordinária, (ii) R\$ 0,3916911808 por ação preferencial classe A e (iii) R\$ 0,4308602989 por ação preferencial classe B; **b)** R\$ 123.194.000,00 (cento e vinte e três milhões e cento e noventa e quatro mil reais) declarados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27/06/2025, correspondentes aos valores brutos de (i) R\$ 0,4556261940 por ação ordinária, (ii) R\$ 0,4556261940 por ação preferencial classe A e (iii) R\$ 0,5011888134 por ação preferencial classe B; **c)** R\$ 141.010.000,00 (cento e quarente e um milhões e dez mil reais) declarados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29/09/2025, correspondentes aos valores brutos de (i) R\$ 0,5215176845 por ação ordinária, (ii) R\$ 0,5215176845 por ação preferencial classe A e (iii) R\$ 0,5736694530 por ação preferencial classe B; e **d)** R\$ 121.420.000,00 (cento e vinte um milhões e quatrocentos e vinte mil reais) declarados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19/12/2025, correspondentes aos valores brutos de (i) R\$ 0,4490651532 por ação ordinária, (ii) R\$ 0,4490651532 por ação preferencial classe A e (iii) R\$ 0,4939716685 por ação preferencial classe B; e

(ii) R\$ 1.046.000.000,00 (um bilhão e quarenta e seis milhões de reais) se referem aos Dividendos intermediários declarados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 24/10/2025, correspondentes a: (i) R\$ 3,8685731364 por ação ordinária, (ii) R\$ 3,8685731364 por ação preferencial classe A e (iii) R\$ 4,2554304500 por ação preferencial classe B.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do lucro líquido distribuído, após as deduções legais, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, é de 73,08%.

Descrição	2025	% Distribuído/LL ajustado
Lucro líquido do exercício	1.953.688.725,02	
Reserva de incentivo Sudene	150.296.740,39	
Lucro Líquido do exercício ajustado	2.103.985.465,41	
Reserva de retenção de lucros	(566.454.465,41)	
Total da remuneração a ser distribuída	1.537.531.000,00	
Juros sobre capital próprio	491.531.000,00	
Dividendos Intermediários	1.046.000.000,00	
Total da remuneração distribuída	1.537.531.000,00	73,08%

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não há proposta de distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores a 2025.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Juros Sobre o Capital Próprio, no montante bruto de: (i) R\$ 491.531.000,00 (quatrocentos e noventa e um milhões e quinhentos e trinta e um mil reais), sendo: a) R\$ 105.907.000,00 (cento e cinco milhões e novecentos e sete mil reais) declarados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27/03/2025, correspondentes aos valores brutos de (i) R\$ 0,3916911808 por ação ordinária, (ii) R\$ 0,3916911808 por ação preferencial classe A e (iii) R\$ 0,4308602989 por ação preferencial classe B; b) R\$ 123.194.000,00 (cento e vinte e três milhões e cento e noventa e quatro mil reais) declarados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27/06/2025, correspondentes aos valores brutos de (i) R\$ 0,4556261940 por ação ordinária, (ii) R\$ 0,4556261940 por ação preferencial classe A e (iii) R\$ 0,5011888134 por ação preferencial classe B; c) R\$ 141.010.000,00 (cento e quarente e um milhões e dez mil reais) declarados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29/09/2025, correspondentes aos valores brutos de (i) R\$ 0,5215176845 por ação ordinária, (ii) R\$ 0,5215176845 por ação preferencial classe A e (iii) R\$ 0,5736694530 por ação preferencial classe B; e d) R\$ 121.420.000,00 (cento e vinte um milhões e quatrocentos e vinte mil reais) declarados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19/12/2025, correspondentes aos valores brutos de (i) R\$ 0,4490651532 por ação ordinária, (ii) R\$ 0,4490651532 por ação preferencial classe A e (iii) R\$ 0,4939716685 por ação preferencial classe B.

Dividendos intermediários, no montante bruto de R\$ 1.046.000.000,00 (um bilhão e quarenta e seis milhões de reais) declarados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 24/10/2025, correspondentes a: (i) R\$ 3,8685731364 por ação ordinária, (ii) R\$ 3,8685731364 por ação preferencial classe A e (iii) R\$ 4,2554304500 por ação preferencial classe B.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

O pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio foi realizado nas seguintes datas:

- (i) Juros sobre Capital Próprio declarados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27/03/2025, foi realizado em novembro de 2025, com base na posição acionária de 01 de abril de 2025;
- (ii) Juros sobre o Capital Próprio declarados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27/06/2025, foi realizado em novembro de 2025, com base na posição acionária de 02 de julho de 2025;
- (iii) Juros sobre o Capital Próprio declarados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29/09/2025, foi realizado em dezembro de 2025, com base na posição acionária de 02 de outubro de 2025; e
- (iv) Juros Sobre o Capital Próprio declarados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19/12/2025, com base na posição acionária de 30 de dezembro de

2025, será realizado até 31 de dezembro de 2026, sem qualquer correção ou atualização monetária, líquido de impostos.

O pagamento dos Dividendos intermediários declarados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 24/10/2025, foi realizado em dezembro de 2025, com base na posição acionária de 29 de outubro de 2025.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2025	2024	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.953.688.725,02	1.807.634.924,02	1.838.839.560,19	1.566.757.215,21
Lucro básico e diluído por ação:				
Ordinária	7,2256	6,6854	6,8008	5,7946
Preferencial A	7,2256	6,6854	6,8008	5,7946
Preferencial B	7,9482	7,3540	7,4809	6,3740

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

			Valor por ação		
Exercícios	Deliberação	Valor (R\$)	ON	PNA	PNB
<u>2025</u>					
Juros sobre capital próprio 2025	RCA de 27/03/2025	105.907.000,00	0,3916911808	0,3916911808	0,4308602989
Dividendos 2024	AGOE de 10/04/2025	90.093.345,98	0,3332052562	0,3332052562	0,3665257818
Juros sobre capital próprio 2025	RCA 27/06/2025	123.194.000,00	0,4556261940	0,4556261940	0,5011888134
Juros sobre capital próprio 2025	RCA de 29/09/2025	141.010.000,00	0,5215176845	0,5215176845	0,5736694530
Dividendos intermediários	RCA de 24/10/2025	1.046.000.000,00	3,8685731364	3,8685731364	4,2554304500
Juros sobre capital próprio 2025	RCA de 19/12/2025	121.420.000,00	0,4490651532	0,4490651532	0,4939716685
		1.627.624.345,98			

<u>2024</u>						
Juros sobre capital próprio 2024	RCA 20/03/2024	74.796.000,00	0,2766288684	0,2766288684		0,3042917552
Dividendos 2023	AGOE de 15/04/2024	421.922.172,41	1,5604558144	1,5604558144		1,7165013958
Juros sobre capital próprio 2024	RCA de 20/06/2024	77.115.000,00	0,2852055616	0,2852055616		0,3137261178
Juros sobre capital próprio 2024	RCA de 25/09/2024	84.521.000,00	0,3125962429	0,3125962429		0,3438558672
Juros sobre capital próprio 2024	RCA de 18/12/2024	94.768.000,00	0,3504942055	0,3504942055		0,3855436261
		753.122.172,41				
<u>2023</u>						
Juros sobre capital próprio 2023	RCA 07/03/2023	114.743.000,00	0,4243706380	0,4243706380		0,4668077018
Dividendos 2022	AGOE de 18/04/2023	218.701.843,25	0,8088566689	0,8088566689		0,8897423358
Juros sobre capital próprio 2023	RCA de 28/06/2023	117.641.000,00	0,4350887307	0,4350887307		0,4785976038
Dividendos intermediários 2023	RCA de 26/07/2023	567.000.000,00	2,0970181342	2,0970181342		2,3067199476
Juros sobre capital próprio 2023	RCA de 29/09/2023	108.658.000,00	0,4018656022	0,4018656022		0,4420521624
Juros sobre capital próprio 2023	RCA de 13/12/2023	104.321.000,00	0,3858254476	0,3858254476		0,4244079924
		1.231.064.843,25				
<u>2022</u>						
Juros sobre capital próprio 2022	RCA 30/03/2022	96.828.000,00	0,3581130016	0,3581130016		0,3939243018
Dividendos 2021	AGOE de 18/04/2022	599.393.209,93	2,2168226292	2,2168226292		2,4385048921
Juros sobre capital próprio 2022	RCA de 15/06/2022	105.574.000,00	0,3904595988	0,3904595988		0,4295055587

Dividendos intermediários 2022	RCA de 27/07/2022	698.000.000,00	2,5815143874	2,5815143874	2,8396658261
Juros sobre capital próprio 2022	RCA de 23/09/2022	102.618.000,00	0,3795269963	0,3795269963	0,4174796959
Juros sobre capital próprio 2022	RCA de 15/12/2022	107.062.000,00	0,3959628844	0,3959628844	0,4355591728
1.709.475.209,93					

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não foi constituída Reserva Legal, conforme estabelecido no artigo 193, § 1º da Lei das S.A. tendo em vista que, no referido exercício social, o saldo da reserva legal, acrescido do montante das reservas de capital, excede de 30% (trinta por cento) do capital social.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido, limitada a 20% do capital social ou ainda quando seu saldo somado ao montante das Reservas de Capital exceder 30% (trinta por cento) do capital social, conforme previsto na Lei das S.A., artigo 193 da Lei das S.A.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Conforme versa o Estatuto Social da Companhia em seu Artigo 8º, Parágrafo 2º:

As ações preferenciais "Classe B", tem prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais "Classe A", que possuem direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Sim.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável, pois não há registro de parcela não paga.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais / e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

O valor global das ações preferencias de classe "A" e de classe "B" correspondentes aos valores brutos descritos na tabela abaixo:

Descrição	Valor Global por Classe de Ações (R\$)		Valor por Ação	
	PNA	PNB	PNA	PNB
JCP	R\$ 12.223.584	R\$ 40.939.586	0,4490651532	0,4939716685

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

De acordo com o Artigo 38, Parágrafo 2º do Estatuto Social da Companhia, os Acionistas têm direito a receber o dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do Artigo 202 da Lei das S.A.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo mínimo obrigatório está sendo declarado e pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não houve retenção de dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, uma vez que não houve retenção de dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável, uma vez que não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável, uma vez que não houve destinação para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

b. Identificar o montante destinado à reserva

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável, uma vez que não houve destinação para reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

A Administração da Companhia propõe, “ad referendum” à Assembleia, a constituição de reserva de retenção de lucros referente ao exercício 2025 no montante de R\$ 566.454.465,41 (quinhentos e sessenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e um centavos).

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Inserido na Proposta da Administração (Item 3. Aprovação do Orçamento de Capital).

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não houve destinação de resultado para a reserva de incentivo fiscal.

No resultado do exercício de 2025, houve a reversão à Reserva de Incentivo Fiscal Sudene do montante de R\$ 150.296.740,39 (cento e cinquenta milhões, duzentos e noventa e seis mil, setecentos e quarenta reais e trinta e nove centavos), em função da atualização de premissas tributárias utilizadas nas apurações do benefício, resultando em redução do montante anteriormente registrado na reserva de incentivo fiscal.

b. Explicar a natureza da destinação

É constituída mediante destinação da parcela do lucro correspondente a subvenção governamental para investimentos no Nordeste, no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), concedida através do incentivo de redução de 75% do IRPJ e seus adicionais, e só deve ser utilizada para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis, conforme previsto no artigo 523 do Regulamento de Imposto de Renda.

A referida subvenção é apropriada no resultado do exercício em conformidade com o artigo 195-A da Lei das S.A., a partir de 1º de janeiro de 2008.

ANEXO II

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

2.1 - Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com (i) as demonstrações financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 e suas respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras auditadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Em milhões de R\$, exceto os índices)	2025	2024
Lucro Líquido	1.954	1.808
EBITDA ⁽¹⁾	5.245	4.911
Patrimônio líquido	7.848	7.424
Endividamento bruto ⁽²⁾	20.482	15.859
Endividamento líquido ⁽³⁾	17.778	14.247
Caixa e equivalentes de caixa (considera títulos e valores mobiliários circulante e não circulante)	2.704	1.612
Índice endividamento líquido/endividamento bruto + Patrimônio líquido ⁽⁴⁾	0,63	0,61
Índice endividamento líquido/EBITDA ⁽⁵⁾	3,39	2,90

(1) EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução CVM nº 156/22, conciliada com suas demonstrações financeiras e/ou Informações Trimestrais – ITR. O EBITDA consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e dos custos e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"). O EBITDA não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, bem como não é substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. Não poderá também ser considerado para o cálculo de distribuição de dividendos. O EBITDA não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para reconciliação do EBITDA para o lucro líquido, verificar a seção "2.5 – Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras".

(2) O endividamento bruto refere-se à soma do saldo de empréstimos e financiamentos (incluindo encargos), debêntures e instrumentos financeiros derivativos, líquidos (circulante e não circulante). Para reconciliação do endividamento bruto, verificar

- a seção "2.5 – Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras.
- (3) O endividamento líquido corresponde ao endividamento bruto deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante). O endividamento líquido não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o endividamento líquido de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do Endividamento Líquido é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira. Para reconciliação do endividamento líquido, verificar a seção "2.5 – Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras.
- (4) Índice representado pelo endividamento líquido dividido pela soma do endividamento líquido com o patrimônio líquido consolidado.
- (5) Índice representado pelo endividamento líquido dividido pelo EBITDA dos últimos 12 meses.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025

Em dezembro de 2025, a dívida líquida de Neoenergia Coelba, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 17.778 milhões (dívida bruta de R\$ 20.482 milhões), apresentando um crescimento de 25% (R\$ 3.531 milhões) em relação a dezembro de 2024. Em relação a segregação do saldo devedor, 88% da dívida está contabilizada no longo prazo e 12% no curto prazo.

Índices de Liquidez	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	1,19	0,95
Liquidez Seca (Ativo Circulante - Estoques/Passivo Circulante)	1,19	0,95

Considerando que a Neoenergia Coelba apresenta índices de liquidez compatíveis com o setor, a Diretoria entende que a companhia tem condições financeiras e patrimoniais para dar continuidade às suas atividades.

Adicionalmente, caso se identifique a necessidade de acessar o mercado para financiar seus investimentos ou para captar recursos para capital de giro, os diretores da Companhia entendem que a Neoenergia Coelba tem capacidade para contratá-los, visto que atualmente tem acesso a fontes de financiamento para o desenvolvimento de seus negócios.

Outros eventos relacionados a situações não administráveis pela Companhia são comentados nos itens subsequentes, assim como seus potenciais efeitos sobre a liquidez.

b. estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia teve a seguinte evolução no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2025:

Estrutura de Capital	Exercício Social terminado em			
	2025		2024	
	R\$ MM	%	R\$ MM	%
Capital de Terceiros	28.013	78,12%	23.867	76,29%

Capital Próprio	7.848	21,88%	7.416	23,71%
Total	35.861	100%	31.283	100%

Nota: O Capital de Terceiros considera Passivo Circulante e Não Circulante.
Capital Próprio considera o valor do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2025, a participação de terceiros representava 78,12% do passivo total da Companhia, 73,11% deste valor é referente a sua dívida bruta, refletindo os investimentos em crescimento orgânico, aquisições e instalações de novos equipamentos em unidades existentes.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

As dívidas da Companhia têm aval de sua controladora, a Neoenergia S.A. Todos os contratos com cláusulas de *covenants* estão sujeitos aos índices apurados com base nos dados consolidados do Grupo, com exceção do contrato com o Banco Europeu de Investimentos – BEI, que considera dados da própria Companhia, e esses são apresentados logo abaixo:

Valores em R\$ MM		
Indicador Neoenergia Coelba	2025	2024
Dívida Líquida	17.778	14.247
EBITDA	5.245	4.912
Dívida Líquida/EBITDA	3,39	2,90

Fonte: DFP Neoenergia Coelba

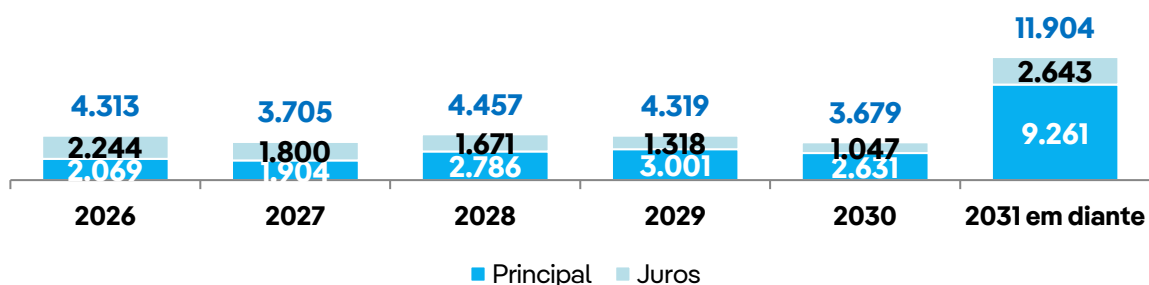
Indicador NEOENERGIA	2025	2024
Dívida Líquida/EBITDA	3,41	3,45

Fonte: DFP Neoenergia.

Cronograma de amortização, com data-base de 31 de dezembro de 2025 (em R\$ milhões):

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas de mercado futuro para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2025. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas informações contábeis de 31 de dezembro de 2025, que considera os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.

R\$ Milhões



	Principal	Juros	Instrumentos derivativos	Total
2026	2.164.408	1.843.435	305.195	4.313.037
2027	1.996.935	1.590.883	116.927	3.704.746
2028	2.898.628	1.466.320	91.783	4.456.731
2029	3.282.293	1.120.330	(83.333)	4.319.290
2030	2.743.667	923.114	11.872	3.678.653
Entre 2031 a 2035	9.356.840	2.388.429	(469.401)	11.275.867
Entre 2036 a 2040	813.298	67.266	(240.415)	640.149
2041 em diante	-	-	-	0
Total	23.256.069	9.399.776	(267.371)	32.388.474

Em 20 de Dezembro de 2023, a Standard & Poor's – S&P elevou os ratings de crédito corporativo atribuídos à Neoenergia e suas subsidiárias (Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Cosern) de 'BB-' para 'BB' na Escala Global, com perspectiva estável e reafirmou o rating 'brAAA' na escala nacional. Este movimento foi reflexo da elevação do Rating soberano do Brasil, em razão da aprovação Reforma Tributária.

Em 27 de março de 2024, a Standard & Poor's – S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em "BB" na Escala Global e 'brAAA' na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

Em 25 de março de 2025, a Standard & Poor's – S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em "BB" na Escala Global e 'brAAA' na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para realizar os investimentos em ativos não circulantes e no capital de giro, a Companhia se utiliza da própria geração de caixa operacional e de financiamentos de terceiros.

A Companhia tem como premissa da sua política financeira diversificar as fontes de

financiamento de seus investimentos e capital de giro junto a bancos comerciais, organismos multilaterais e agências de fomento, a exemplo do IFC BNDES, BNB, FINEP, BEI, JICA&MUFG, dentre outros.

A possibilidade de enquadramento prioritário de lastro de *capex* para posterior emissão de debêntures incentivadas pela Lei 12.431 para o segmento de distribuição foi ampliada pela Portaria MME nº 505, de 24 de outubro de 2016, e posteriormente atualizada pela Portaria MME nº 245 de 27 de junho de 2017. Desde então, a Companhia vem considerando também esse instrumento como forma de financiamento alternativo ou complementar ao financiamento com os bancos de fomento.

Os Diretores da Companhia esclarecem, por fim, que estas operações financeiras são recorrentes e seguem o curso normal dos negócios da Companhia dentro de uma gestão prudente do passivo financeiro.

A seguir apresentamos as captações realizadas até 31 de dezembro de 2025 (em R\$ mil):

Modalidade	Vencimento	Indexadores	Valor Captado
<u>Contratos de Dívida no Mercado Internacional</u>			
<i>Dólar</i>			
<i>Financiamento</i>	26/07/2035	CDI	1.752.914
<i>Financiamento</i>	26/07/2035	CDI	194.768
Taxa Média/Subtotal		14,63%	1.947.683
<u>Contratos de Dívida no Mercado Nacional</u>			
<i>Financiamento</i>	15/05/2034	IPCA	394.000
Taxa Média/Subtotal		13,66%	394.000
Total e taxa média		14,33%	2.341.683

A seguir apresentamos as emissões de debêntures realizadas em 2025 (em R\$ mil):

Ativo	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
20ª Debênture - Série Única	25/04/2032	CDI - 0,49%	700.000
21ª Debêntures - Série Única	10/10/2035	CDI + 0,00% a.a.	500.000
22ª Debêntures - 1ª Série	15/11/2032	11,67%	2.100.000
22ª Debentures - 2ª Série	15/11/2035	IPCA + 6,30%	1.200.000
Total			4.500.000

Para informações mais detalhadas sobre os contratos relevante financiamento da Companhia utilizadas pela Companhia, vide alínea (f) deste item.

A seguir apresentamos as captações realizadas em 2024 (em R\$ mil):

Modalidade	Vencimento	Indexadores	Valor Captado
<u>Contratos de Dívida no Mercado Internacional</u>			
<i>Dólar</i>			
4131	16/03/2026	CDI	200.000
4131	04/04/2025	CDI	700.000

Taxa Média/Subtotal		12,69%	900.000
Contratos de Dívida no Mercado Nacional			
<i>Financiamento</i>	15/05/2034	IPCA	400.000
Taxa Média/Subtotal		12,82%	400.000
Total e taxa média		12,73%	1.300.000

Nota: A taxa média calculada considera a ponta passiva das dívidas em moeda estrangeiras, e a conversão dos indexadores a uma taxa nominal, considerando o mês da contratação.

A seguir apresentamos as emissões de debêntures realizadas em 2024 (em R\$ mil):

Ativo	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
18ª Debênture - 1ª série	10/06/2029	CDI + 0,95%	500.000
18ª Debênture - 2ª série	10/06/2031	CDI + 1,10%	500.000
19ª Debênture - 1ª série	10/12/2030	12,7760%	790.000
Total			2.400.054

Para informações mais detalhadas sobre os contratos relevante financiamento da Companhia utilizadas pela Companhia, vide alínea (f) deste item.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Faz parte da estratégia da Companhia acompanhar e ajustar os compromissos financeiros à geração de caixa, evitando dessa forma captações de curto prazo. Eventualmente pequenas operações podem ser realizadas apenas com o objetivo de equacionamento de fluxo de caixa.

Ainda que a Direção entenda que possui uma gestão de caixa conservadora, a Companhia poderá avaliar a manutenção de linhas de *Credit Facility* junto a algumas instituições financeiras, contratadas para cobrir eventuais necessidades pontuais geradas por possíveis descasamentos de fluxo de caixa ao longo do mês.

A Diretoria acredita, com base em seus atuais planos operacionais e de investimento, que o saldo e a geração de caixa operacional, somada à possibilidade de captação de recursos de terceiros, provenientes de contratos financeiros junto às instituições financeiras de primeira linha e/ou através de instrumentos financeiros junto ao mercado de capitais, tanto local como exterior, quando necessário, suportam a eventual necessidade de recursos para o financiamento do capital de giro e para a realização de investimentos em ativos não-circulantes, como, por exemplo, expansão orgânica, compra de equipamentos, dentre outros.

A Companhia pretende manter a estratégia adotada nos últimos anos com a concentração do financiamento dos planos de investimento via bancos de fomento, organismos multilaterais e possíveis emissões de debêntures de infraestrutura. Para Capital de Giro os instrumentos comumente utilizados pela Companhia são: Cédulas de Crédito Bancário (CCB), Linhas de 4131 com Swap, Notas Promissórias e Debêntures.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

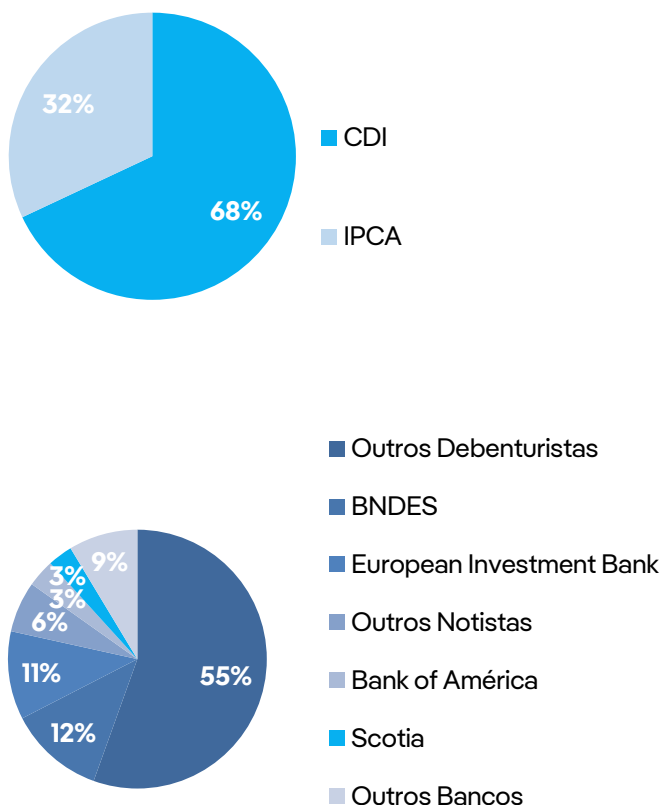
Faz parte da Diretrizes e Limites de Risco Financeiro do Grupo Neoenergia buscar constantemente alongamento de prazo e redução de custos da sua dívida.

A seguir está a tabela com histórico dos últimos dois anos de endividamento de curto e longo prazo (Passivo Circulante + Passivo não Circulante).

Estrutura de Capital	Exercício Social terminado em			
	2025		2024	
	R\$ MM	%	R\$ MM	%
Passivo Circulante	6.384	22,79%	6.673	27,96%
Passivo Não Circulante	21.629	77,21%	17.194	72,04%
Total	28.013	100%	23.867	100%

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os gráficos e a tabela abaixo apresentam as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em 31 de dezembro de 2025 por credor:



Credor	Início	Vencimento	Valor de principal	Saldo em 31/12/2025
Outros Debenturistas	2019 a 2025	2026 a 2035	11.483.690	11.363.272
BNDES	2019 a 2024	2026 a 2040	2.476.428	2.449.373
BEI	2017 a 2025	2029 a 2035	2.392.645	2.256.899

Outros Notistas	2021 a 2022	2026 a 2029	1.300.000	1.303.075
Bank of América	2024 a 2024	2029 a 2029	634.544	704.611
Scotia	2021 a 2023	2026 a 2026	628.200	635.031
BNB	2019 a 2019	2030 a 2030	435.794	436.169
IFC	2022 a 2022	2030 a 2030	412.555	425.156
JICA	2021 a 2021	2031 a 2031	225.103	359.201
Sumitomo	2021 a 2021	2026 a 2026	211.631	218.317
Santander	2024 a 2024	2027 a 2027	212.448	206.470
MUFG	2021 a 2022	2026 a 2027	97.912	115.793
CEF	2014 a 2014	2026 a 2026	6.111	6.134
MORGAN STANLEY			-	905
Bradesco			-	82
HSBC			-	322
Itaú			-	440
			20.481.251	

Os contratos de empréstimos são utilizados em geral para capital de giro. Os principais contratos de empréstimos vigentes em 31 de dezembro de 2025 são:

i. Neoenergia Coelba x Scotia: em 14 de março de 2023, a Neoenergia Coelba realizou captação de recursos por meio de empréstimo realizado junto ao Scotia, na modalidade Step-up Loan com base na Resolução 4.131 do Banco Central do Brasil. A operação foi contratada no valor total de R\$ 500.000 mil com juros semestrais e amortização no vencimento em 16 de março de 2026 em USD. Com o objetivo de eliminar o risco de variação cambial da captação em moeda estrangeira, foi contratada uma operação de swap para CDI com mesmo fluxo de liquidação do financiamento cuja contraparte é o próprio Scotia Bank.

ii. Neoenergia Coelba x BOFA: em 10 de dezembro de 2024, a Neoenergia Coelba realizou captação de recursos por meio de empréstimo realizado junto ao Bank of America, na modalidade Step-up Loan com base na Resolução 4.131 do Banco Central do Brasil. A operação foi contratada no valor total de R\$ 700.000 mil com juros anuais e amortização no vencimento em 10 de dezembro de 2026 em USD. Com o objetivo de eliminar o risco de variação cambial da captação em moeda estrangeira, foi contratada uma operação de swap para CDI com mesmo fluxo de liquidação do financiamento cuja contraparte é o próprio BOFA.

Os contratos de financiamentos são voltados para investimentos em infraestrutura. Os principais contratos de financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2025 foram celebrados com órgãos de fomento como IFC (International Finance Corporation), BNDES, BNB, JICA&MUFG e o European Investment Bank (Banco Europeu de Investimentos – BEI):

a. Neoenergia Coelba x BNDES: os programas de financiamento da distribuidora totalizam R\$ 3.433.698.000,00 de valor contratado junto ao BNDES. São contratos de financiamento mediante abertura de limite de crédito rotativo que são destinados a investimentos voltados para infraestrutura (implantação ampliação e modernização de ativos fixos; aquisição de máquinas e equipamentos; estudos e projetos de engenharia; investimentos ambientais e em P&D).

b. Neoenergia Coelba x BEI: em 07 de setembro de 2016, foi celebrado o contrato de financiamento com o BEI no volume de até EUR 200.000.000,00 com o objetivo de financiar parte

dos investimentos para os anos de 2016 a 2018. Em 28 de março de 2017, ocorreu o primeiro desembolso, no valor de EUR 80.561.084,26, com previsão de pré-pagamento semestral, em vinte parcelas, de 30 de setembro de 2019 a 28 de março de 2029. Em 30 de junho de 2017, ocorreu a segunda liberação de aproximadamente EUR 60.000.000,00, com vencimento final previsto para junho de 2029. Em 23 de janeiro de 2018, ocorreu a terceira liberação de aproximadamente EUR 60.000.000, com vencimento final previsto para janeiro de 2030. Com o objetivo de eliminar o risco de variação cambial da captação em moeda estrangeira, foram contratadas duas operações de swap com mesmo fluxo de liquidação do financiamento, cuja contraparte, em todos eles, é o Goldman Sachs para a primeira e segunda liberação enquanto para a terceira liberação foi contratada operação de swap junto ao Bank of America.

c. Neoenergia Coelba x BNB: Em 14 de Setembro de 2018 foi celebrado o contrato de financiamento com o BNB no volume de até R\$ 800.000.000,00 com o objetivo de financiar parte dos investimentos para os anos de 2016 a 2018. Em 19 de junho de 2019, ocorreu o primeiro desembolso, no valor de R\$ 262.101.096,53, com previsão de pagamento de juros e principal mensal, com prazo de 12 anos. Em 31 de outubro de 2019, ocorreu a segunda liberação, no valor de R\$ 447.207.772,45 com previsão de pagamento de juros e principal mensal, com prazo de 12 anos. Em 03 de dezembro de 2020 ocorreu a terceira e última liberação, no valor de R\$ 90.691.131,02 com previsão de pagamento de juros e principal mensal, com prazo de 12 anos.

d. Neoenergia Coelba x JICA/MUFG: em 30 de março de 2021, foi celebrado o contrato de financiamento com o Japan International Cooperation Agency (JICA) e o Mitsubishi UFJ Financial Group (MUFG), no volume total de JPY 14.953.191.000,00 com o objetivo de financiar parte do capex de 2021 da Neoenergia Coelba. O desembolso junto ao JICA foi no valor total de JPY 9.900.000.000,00, com o pagamento de juros e principal semestral e prazo de 10 anos. O desembolso junto ao MUFG foi no valor total de JPY 5.053.191.000,00, com o pagamento de juros e principal semestral e prazo de 5 anos. Com o objetivo de eliminar o risco de variação cambial da captação em moeda estrangeira, foram contratadas duas operações de swap com mesmo fluxo de liquidação do financiamento, cuja contraparte, para o JICA, foi do JP Morgan e para o MUFG, foi do Santander.

e. Neoenergia Coelba x IFC: em 29 de junho de 2022, foi celebrado o contrato de financiamento com o IFC (International Finance Corporation), membro do Grupo Banco Mundial, no valor de 550 milhões de reais, com o pagamento de juros e principal semestral e prazo de 8 anos. Esse financiamento um Super Green Loan, que consiste em uma dívida certificada como verde atrelada a metas ambiciosas e desafiadoras de ESG (*Environmental, Social and Governance* – ou ASG, em português, de Ambiental, Social e Governança). Em setembro de 2022 o valor foi totalmente desembolsado.

f. Neoenergia Coelba x BEI: em 03 de julho de 2025, foi celebrado novo contrato de financiamento com o BEI (European Investment Bank), no valor de EUR 300.000.000,00, com o pagamento de juros e principal semestral e prazo de 10 anos. O financiamento teve certificação verde e em 25 de julho de 2025 foi totalmente desembolsado.

As emissões de mercado de capitais representam 62% do endividamento bruto em 31 de dezembro de 2025 e as principais operações estão descritas a seguir:

Neoenergia Coelba - 12ª emissão de debêntures (duas séries): em 26 de abril de 2019, a Neoenergia Coelba realizou a captação para a 12ª emissão de debêntures, dividida em duas

séries: a primeira com valor de R\$ 309.070.000,00 e vencimento em 24 de abril de 2024; a segunda com valor de R\$ 390.930.000,00 e vencimento em 24 de abril de 2026. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado como capital de giro.

Neoenergia Coelba - 13ª emissão de debêntures (três séries): em 29 de outubro de 2021, a Neoenergia Coelba realizou a captação para a 13ª emissão de debêntures, dividida em três séries: a primeira com valor de R\$ 160.000.000,00 e vencimento em 15 de outubro de 2026; a segunda com valor de R\$ 320.000.000,00 e vencimento em 15 de outubro de 2028; e a terceira com valor de R\$ 320.000.000,00 e vencimento em 15 de outubro de 2031. A finalidade desta emissão foi utilizar os recursos captados para investimento.

Neoenergia Coelba – 1ª Emissão de Notas Comerciais (duas séries): em 20 de dezembro de 2021, a Neoenergia Coelba realizou a captação para a 1ª Emissão de Notas Comerciais, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 266.000.000,00 e vencimento em 20 de dezembro de 2026; a segunda com valor de R\$ 534.000.000,00 e vencimento em 20 de dezembro de 2028. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento (primeira série) e capital de giro (segunda série).

Neoenergia Coelba - 14ª emissão de debêntures (três séries): em 20 de abril de 2022, a Neoenergia Coelba realizou a captação para a 14ª emissão de debêntures, dividida em três séries: a primeira com valor de R\$ 470.000.000,00 e vencimento em 15 de abril de 2027; a segunda com valor de R\$ 330.000.000,00 e vencimento em 15 de abril de 2028; e a terceira com valor de R\$ 400.000.000,00 e vencimento em 15 de abril de 2032. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para capital de giro (primeira e segunda série) e investimento (terceira série).

Neoenergia Coelba – 2ª Emissão de Notas Comerciais (duas séries): em 04 de julho de 2022, a Neoenergia Coelba realizou a captação para a 2ª Emissão de Notas Comerciais, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 190.000.000,00 e vencimento em 20 de junho de 2027; a segunda com valor de R\$ 310.000.000,00 e vencimento em 20 de junho de 2029. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para capital de giro.

Neoenergia Coelba - 16ª emissão de debêntures (duas séries): em 21 de agosto de 2023, a Neoenergia Coelba realizou a captação para a 16ª emissão de debêntures, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 400.000.000,00 e vencimento em 15 de agosto de 2028; a segunda com valor de R\$ 800.000.000,00 e vencimento em 15 de agosto de 2030. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.

Neoenergia Coelba - 17ª emissão de debêntures (duas séries): em 15 de novembro de 2023, a Neoenergia Coelba realizou a captação para a 17ª emissão de debêntures, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 800.000.000,00 e vencimento em 15 de novembro de 2028; a segunda com valor de R\$ 89.946.000,00 e vencimento em 15 de novembro de 2033, desembolsado parcialmente do montante de R\$ 700.000.000,00, a ingressar em 2024. Em 02 de janeiro de 2024 foi desembolsado o restante da segunda série, no valor de R\$ 610.054.000,00. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para capital de giro (primeira série) e investimento (segunda série).

Neoenergia Coelba - 18ª emissão de debêntures (duas séries): em 14 de junho de 2024, a Neoenergia Coelba realizou a captação para a 18ª emissão de debêntures, dividida em duas

séries: a primeira com valor de R\$ 500.000.000,00 e vencimento em 10 de junho de 2029; a segunda com valor de R\$ 500.000.000,00 e vencimento em 10 de junho de 2031. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.

Neoenergia Coelba - 19ª emissão de debêntures (série única): em 18 de dezembro de 2024, a Neoenergia Coelba realizou a captação para a 19ª emissão de debêntures, em série única, no valor de R\$ 790.000.000,00 e vencimento em 10 de dezembro de 2030. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.

Neoenergia Coelba - 20ª emissão de debêntures (série única): em 28 de abril de 2025, a Neoenergia Coelba realizou a captação para a 20ª emissão de debêntures, em série única, no valor de R\$ 700.000.000,00 e vencimento em 25 de abril de 2032. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.

Neoenergia Coelba - 21ª emissão de debêntures (série única): em 15 de outubro de 2025, a Neoenergia Coelba realizou a captação para a 21ª emissão de debêntures, em série única, no valor de R\$ 500.000.000,00 e vencimento em 10 de outubro de 2035. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento (programa Ecoinvest).

Neoenergia Coelba - 22ª emissão de debêntures (duas séries): em 28 de novembro de 2025, a Neoenergia Coelba realizou a captação para a 22ª emissão de debêntures, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 2.100.000.000,00 e vencimento em 15 de novembro de 2032; a segunda com valor de R\$ 1.200.000.000,00 e vencimento em 15 de novembro de 2035. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém contratos de prestação de serviços bancários com diversas instituições financeiras como de arrecadação de contas de luz, de administração de contas, de escrituração de ações e debêntures, de conta corrente e transferências bancárias e de prestação e/ou administração de garantias, de administração e gestão de recursos em fundos exclusivos, derivativos, etc. Todos os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures foram descritos acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia possui dívidas de natureza quirografária e de natureza real, cujas garantias são constituídas principalmente por aval da Neoenergia, fundos vinculados à dívida ou cessão, vinculação e centralização de recebíveis.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os contratos financeiros do Grupo Neoenergia possuem algumas restrições impostas pelos credores, tais como:

- Limite de endividamento:

A maioria dos contratos restringe o endividamento apenas de forma indireta ao exigir o atendimento de certos indicadores financeiros, tais como Dívida Líquida/EBITDA e EBITDA/Resultado Financeiro, que são apurados na Controladora Neoenergia.

Os contratos de financiamento celebrados com o BNDES para suportar investimentos, possuem restrições para a contratação de novas dívidas sem prévia anuência do credor, caso o nível de alavancagem da Companhia, medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA, supere parâmetros pré-determinados.

- Distribuição de dividendos:

A maioria dos contratos não possui restrição para pagamento de dividendos, desde que a Companhia esteja adimplente com suas obrigações. Algumas dívidas destinadas a financiamento de projetos, tal como dívidas do BNDES, possuem restrições para pagamentos de proventos acima do mínimo legal sem prévia anuência do credor.

- Alterações societárias:

A maioria dos contratos permite alterações societárias desde que realizadas dentro do Grupo Econômico. As dívidas captadas junto ao BNDES não permitem alterações societárias sem prévia anuência.

O Grupo Neoenergia monitora constantemente suas restrições contratuais para que sejam atendidas. No entendimento da Companhia, as restrições dos últimos três exercícios foram atendidas de forma satisfatória.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Todos os financiamentos foram integralmente utilizados.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras constantes nas demonstrações de resultado referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram extraídas das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Estas demonstrações financeiras foram auditadas pela DELOITTE Auditores Independentes no exercício de 2025 e 2024, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Demonstrações de Resultado (valores em R\$ mil):

Comparação das Demonstrações de Resultado referentes aos exercícios sociais encerrados

em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025	AH%	AV%	2024	AV%
RECEITA BRUTA	24.457.761	11%	133%	22.066.503	134%
(-) Deduções da receita bruta	(6.077.998)	10%	-33%	(5.537.840)	-34%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18.379.763	11%	100%	16.528.663	100%
Custo do serviço	(13.001.297)	12%	-71%	(11.562.189)	-70%
LUCRO BRUTO	5.378.466	8%	29%	4.966.474	30%
Perdas de créditos esperadas	(194.435)	2%	-1%	(189.712)	-1%
Despesas com vendas	(171.127)	71%	-1%	(100.084)	-1%
Despesas gerais e administrativas	(792.640)	13%	-4%	(701.340)	-4%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	4.220.264	6%	23%	3.975.338	24%
Resultado financeiro	(2.122.442)	20%	-12%	(1.769.094)	-11%
Receita financeira	318.524	23%	2%	258.963	2%
Despesa financeira	(2.273.051)	28%	-12%	(1.773.595)	-11%
Outros resultados financeiros, líquidos	(167.915)	-34%	-1%	(254.462)	-2%
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	2.097.822	-5%	11%	2.206.244	13%
Imposto de renda e contribuição social	(144.133)	-64%	-1%	(398.609)	-2%
Corrente	(129.281)	-206%	1%	(121.549)	-1%
Diferido	(273.414)	-1%	-1%	(277.060)	-2%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.953.689	8%	11%	1.807.635	11%

Receita operacional líquida

COMPONENTES DA RECEITA BRUTA	2025	AH%	AV%	2024	AV%
Fornecimento de energia	7.889.208	4%	43%	7.581.223	46%
Disponibilidade da rede elétrica	10.696.963	2%	58%	10.438.101	63%
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	400.889	74%	2%	230.005	1%
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais	847.796	3271%	5%	25.153	0%
Receita de Construção	3.575.384	26%	19%	2.842.748	17%
Valor de reposição estimado da concessão	869.454	15%	5%	754.121	5%
Outras Receitas	178.067	-9%	1%	195.152	1%
Total da Receita Bruta	24.457.761	11%	133%	22.066.503	134%
(-) Deduções da receita bruta	(6.077.998)	10%	-33%	(5.537.840)	-34%
Total receita operacional líquida	18.379.763	11%	100%	16.528.663	100%

A composição da receita operacional líquida da Companhia é a seguinte:

Fornecimento de Energia Elétrica

O fornecimento de energia elétrica, em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 7.889.208 mil, que representa 43% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 4% (R\$ 307.985 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2024 (R\$ 7.581.223 mil) em função, principalmente de: (i) aumento das subvenções (R\$ 686.018 mil); ((ii) aumento da receita pela disponibilidade - TUST (R\$ 100.498 mil); e (iii) redução das classes comercial (R\$ 259.219 mil), residencial (R\$ 194.134 mil) e industrial (R\$ 128.056 mil).

Disponibilidade da rede elétrica

A disponibilidade da rede elétrica, em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 10.696.963 mil, que representa 58% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 2% (R\$ 258.862 mil), quando comparado a 31 de dezembro de 2024 (R\$ 10.438.101 mil) em função, principalmente da migração dos consumidores cativos para consumidores livres.

Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A venda de energia de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 400.889 mil, que representa 2% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 74% (R\$ 170.884 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2024 (R\$ 230.005 mil) em função, principalmente, do aumento na sobra de energia de 588 GWh para 1679 GWh, aumento no PLD médio do NE de R\$ 118,33/MWh para R\$ 176,6/MWh, e ajustes de recontabilizações e efeito da venda de sobras de energia em submercados com PLD diferentes (excedente financeiro).

Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

Os efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais, em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 847.796 mil, que representa 5% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 3271% (R\$ 822.643 mil), quando comparado com em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 25.153 mil) em função, principalmente, da constituição das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, e a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários da Companhia em 2024 e 2025.

Receita de Construção

A receita de construção, em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 3.575.384 mil, que representa 19% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 26% (R\$ 732.636 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.842.748 mil) em função, do maior volume de investimentos no período de 2025, líquido dos custos de contratação, e portanto, sem impacto no resultado.

Valor de reposição estimado da concessão

O valor de reposição estimado da concessão, em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 869.454 mil, que representa 5% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 15% (R\$ 115.333 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2024 (R\$ 754.121 mil), em função de: (i) impacto positivo pela variação do índice IPCA; e (ii) impacto positivo devido à remensuração dos ativos incrementais (ativos adicionados ao sistema elétrico e contabilizado a partir da última RTP), aderente ao preconizado pelo Submódulo 2.3 (Base de Remuneração Regulatória), e PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária), reconhecida em 2025 (R\$ 130.278 mil).

Deduções da receita bruta

As deduções da receita bruta, em 31 de dezembro de 2025, no montante negativo de R\$ 6.077.998 mil, que representa -33% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 10% (R\$ 540.158 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2024 (-R\$ 5.537.840 mil) em função, principalmente de: (i) aumento de R\$ 348.265 mil, em CDE devido ao aumento da cota CDE-Uso e cota CDE-GD, conforme Resolução Homologatória nº 3.485 de 07/2025; (ii) aumento de R\$ 15.695 mil, em Proinfa devido ao aumento da cota, conforme Resolução Homologatória nº 3.422 de 12/2024; e (iii) aumento de R\$ 63.375 mil, em Bandeira Tarifária, conforme Resoluções Homologatórias do exercício.

Custos e despesas operacionais

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	2025	AH%	AV%	2024	AV%
Energia elétrica comprada para revenda	(5.926.335)	14%	42%	(5.190.884)	41%
Encargos de uso do sistema transmissão	(1.655.791)	-4%	12%	(1.720.908)	14%
Não Gerenciáveis	(7.582.126)	10%	54%	(6.911.792)	55%
Pessoal e benefícios a empregados	(830.882)	5%	6%	(789.199)	6%
Administradores	(5.249)	-14%	0%	(6.091)	0%
Serviços de terceiros	(712.282)	7%	5%	(665.195)	5%
Depreciação e amortização	(1.025.208)	10%	7%	(935.522)	7%
Impostos, taxas e contribuições	(10.953)	8%	0%	(10.113)	0%
Perdas de créditos esperadas	(194.435)	2%	1%	(189.712)	2%
Custo de construção	(3.575.384)	26%	25%	(2.842.748)	23%
Outros	(222.980)	9%	2%	(202.953)	2%
Gerenciáveis	(6.577.373)	17%	46%	(5.641.533)	45%
Total	(14.159.499)	13%	100%	(12.553.325)	100%

A composição dos custos e despesas da Companhia é a seguinte:

A energia elétrica comprada para revenda, em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 5.926.335 mil, apresenta um aumento de 14% (R\$ 735.451 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2024 (R\$ 5.190.884 mil) em função, principalmente de: (i) aumento de R\$ 771.212 mil de Energia adquirida no ambiente de contratação regulado (ACR), em consequência da sazonalidade contratual (MWh) e aumento do despacho térmico das usinas do portfólio, com a entrada de novos leilões em 2025; (ii) aumento de R\$ 329.231 mil referente aos Custos Variáveis do Mercado de Curto Prazo (MCP), em função do aumento do PLD e aumento da geração térmica; (iii) redução de R\$ 98.526 mil de Energia curto prazo (PLD) em função do excedente financeiro e ajustes de recontabilizações de anos anteriores; (iv) redução de R\$ 21.494 mil de Contratos por cotas de garantia física (CCGF), devido a descotização da Eletrobrás, conforme PRT nº 544/GM/MME, de 30.08.2021, além disto teve redução no Fator de Cotas de 2024 (REH nº 2.996, 14.12.2021) e redução das Receitas Anuais de Geração (RAG) conforme REH nº 3.353/2024, de 23.07.2024; (v) redução de R\$ 53.999 mil de Energia adquirida contrato bilateral devido ao término de vigência do contrato da Termopernambuco (14.05.2024); (vi) redução de R\$ 26.027mil de Cotas das Usinas Angra I e Angra II conforme REH nº 3.432/2024, de 10.12.2024; (vii) aumento de R\$ 38.074 mil de Proinfa conforme REH nº 3.422/2024, de 03.12.2024; (viii) aumento de R\$ 133.207 mil de MMGD; e (ix) redução de R\$ 68.812 mil de Crédito de PIS/COFINS.

Encargos de uso do sistema transmissão

Os encargos de uso do sistema de transmissão, em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 1.655.791 mil, apresenta uma redução de 4% (R\$ 65.117 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.720.908 mil) em função, principalmente de: (i) aumento do custo com o encargo de rede básica no valor de R\$ 23.545 mil devido ao Reajuste TUST pela REH nº 3.482/2025, de 17.07.2025; (ii) aumento do encargo de conexão no valor de R\$ 6.142 mil conforme REH nº 3.443/2025, de 17.04.2025; (iii) redução do ESS – Encargo de Serviço do Sistema, equivalente a R\$ 117.992 mil; (iv) redução de R\$ 11.451 mil do encargo de energia de reserva – ERR; (v) aumento de outros encargos no valor de R\$ 25.902 mil; e (vi) aumento de R\$ 7.892 mil do crédito PIS/COFINS.

Pessoal, Administradores e Benefício pós-emprego

As contas de pessoal, administradores e benefício pós-emprego, em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 836.131 mil, apresenta um aumento de 9% (R\$ 40.841 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2024 (R\$ 795.290 mil) em função, principalmente, de aumento da remuneração em decorrência do aumento de remunerações, rescisões e encargos sociais; participação nos resultados; e aumento de custo com plano de saúde em função de reajuste de 2,75%.

Serviços de terceiros

Os serviços de terceiros, em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 712.282 mil, apresentam um aumento de 7% (R\$ 48.087 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2024 (R\$ 664.195 mil) em função, principalmente de aumento dos serviços leitura de medidores; serviços de corte e religação; serviços de atendimento/teleatendimento; serviços de limpeza de faixa de servidão; e despesas de viagem.

Depreciação e amortização

A depreciação/amortização, em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 1.025.208 mil, apresenta um aumento de 10% (R\$ 89.686 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2024 (R\$ 935.522 mil) devido ao aumento na base de ativos depreciáveis, em função de maiores unitizações realizadas.

Perdas de créditos esperadas

Em 31 de dezembro de 2025, a PCE apresenta um montante de R\$ 194.435 mil, tendo uma variação positiva para o resultado de 2% (R\$ 4.723 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2024 (R\$ 189.712 mil), em função de maior eficiência das ações de cobrança.

Custo de construção

Os custos de construção da infraestrutura da concessão, em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 3.575.384 mil, apresentam um aumento de 26% (R\$ 732.636 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.842.748 mil), porém sem efeito no resultado, pois se compensa com o mesmo valor na receita.

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	2025	AH%	AV%	2024	AV%
Renda de aplicações financeiras	165.487	26%	-8%	130.911	-7%
Juros, comissões e acréscimo moratório	117.340	1%	-6%	116.301	-7%
Atualização do ativo/passivo financeiro setorial	(84.791)	45%	4%	(58.639)	3%
(-) Pis e Cofins s/ receita financeira	(24.178)	35%	1%	(17.926)	1%
Despesas com dívida e instrumentos financeiros derivativos	(1.967.454)	26%	93%	(1.564.576)	88%
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	(94.523)	21%	4%	(78.273)	4%
Atualização provisão para contingências/depósitos judiciais	(9.608)	-82%	0%	(52.806)	3%
Outras receitas(despesas) financeiras	(224.715)	-8%	11%	(244.086)	14%
Total	(2.122.442)	20%	100%	(1.769.094)	100%

A composição do resultado financeiro da Companhia é a seguinte:

Renda de aplicações financeiras

As rendas de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 165.487 mil, apresentam um aumento de 26% (R\$ 34.576 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2024 (R\$ 130.911 mil) em função do maior volume e maior tempo de recurso aplicado em caixa.

Juros, comissões e acréscimo moratório de energia

Os juros, comissões e acréscimo moratório de energia, em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 117.340 mil, apresentam um aumento de 1% (R\$ 1.039 mil), quando comparado 31 de dezembro de 2024, (R\$ 116.301 mil), principalmente por Provisão Juros/Atualização monetária não Faturado Contas a Receber (aumento de R\$ 16.688 mil) e Encargos e juros de mora (redução de R\$ 15.649 mil).

Atualização do ativo/passivo financeiro setorial

A atualização do ativo/passivo financeiro setorial, líquido, em 31 de dezembro de 2025, no montante negativo de R\$ 84.791 mil, apresentam uma variação de 45% (R\$ 26.152 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2024 (-R\$ 58.639 mil). Esse impacto desfavorável do resultado financeiro é em função do aumento da base passiva da remuneração financeiras das CVA's e demais componentes financeiros.

Despesas com dívida e instrumentos financeiros derivativos

As despesas com dívida e instrumentos financeiros derivativos, líquido, em 31 de dezembro de 2025, no montante negativo de R\$ 1.967.454 mil, apresentam uma variação líquida de 26% (R\$ 402.878 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.564.576 mil). Esse aumento foi decorrente principalmente do aumento do volume da dívida de R\$ 236.815 mil, do aumento dos indexadores, principalmente, do CDI, TJLP e IPCA, de R\$ 186.383 mil, e, também, da redução dos juros incorporados aos investimentos (Juros sobre Obras em andamento – JOA) contribuindo positivamente no montante de R\$ 20.310 mil.

Benefício pós-emprego e outros benefícios

Os benefícios pós-emprego e outros benefícios, em 31 de dezembro de 2025, no montante negativo de R\$ 94.523 mil, apresentam uma variação de 21% (R\$ 16.250 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2024 (-R\$ 78.273 mil). Esse impacto é decorrente das alterações conforme o laudo atuarial 2025, em função do aumento de juros do plano de assistência médica.

Atualização de provisão para contingências/depósitos judiciais

A atualização de provisão para contingências/depósitos judiciais, líquido, em 31 de dezembro de 2025, no montante negativo de R\$ 9.608 mil, apresentam uma variação de -82% (R\$ 43.198 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2024 (-R\$ 52.806 mil), em função da redução, principalmente das atualizações dos processos de naturezas fiscais e regulatórias, e aumento

da taxa TR e SELIC.

Outras receitas(despesas) financeiras

As outras receitas(despesas) financeiras, em 31 de dezembro de 2025, no montante negativo de R\$ 224.715 mil, apresentam redução de 8% (R\$ 19.371 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2024 (-R\$ 244.086 mil). Esse impacto é decorrente, principalmente de juros selic em virtude da atualização do saldo negativo de processos de indêbitos tributários de 2017 a 2024.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (valores em R\$ mil):

Comparação das principais contas demonstrativas do fluxo de caixa entre os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

FLUXO DE CAIXA	2025	VAR R\$	VAR%	2024
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.771.665	(1.086.874)	-38%	2.858.539
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(4.178.150)	(1.220.987)	41%	(2.957.163)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	3.236.066	2.568.763	385%	667.303
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	829.581	260.902	46%	568.679

Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado das atividades operacionais foi de R\$ 1.771.665 mil no período findo em 31 de dezembro de 2025, resultando em uma redução de R\$ 1.086.874 mil quando comparado ao caixa gerado em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.858.539 mil).

Atividades de Investimento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o caixa líquido consumido pelas atividades de investimento totalizou R\$ 4.178.150 mil, apresentando um aumento de R\$ 1.220.987 mil quando comparado o período de 31 de dezembro de 2024 (-R\$ 2.957.163.mil), refere-se a utilização de caixa líquido nas atividades de investimento, principalmente, pela aquisição do ativo de concessão de serviço público (ativo contratual) no montante negativo de R\$ 3.928.083 mil, variando em R\$ 980.053 mil em relação ao período anterior (-R\$ 2.948.030 mil).

Atividades de Financiamento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento foi de R\$ 3.236.066 mil, apresentando uma variação positiva de R\$ 2.568.763 mil quando comparado ao caixa gerado no período de 31 de dezembro de 2024 (-R\$ 667.303 mil). Esta variação deve-se, principalmente, ao efeito líquido dos seguintes fatores:

- (i) Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures no montante de R\$ 6.841.683 mil em 31 de dezembro de 2025, apresentado um aumento de R\$ 3.139.805 mil em relação a 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.701.878 mil);

- (ii) Amortizações de empréstimos, financiamentos, debêntures e pagamento de custos de captação no montante de R\$ 2.661.432 mil em 31 de dezembro de 2025, com um aumento de R\$ 32.605 mil em relação a 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.628.827 mil);
- (iii) Remuneração paga aos acionistas no montante de R\$ 1.528.628 mil em 31 de dezembro de 2025, com um aumento de R\$ 817.857 mil em relação a 31 de dezembro de 2024 (R\$ 710.771) mil; e
- (iv) Instrumentos derivativos recebidos, líquidos no montante de R\$ 228.987 mil em 31 de dezembro de 2025, com um aumento de R\$ 79.083 mil em relação a 31 de dezembro de 2024 (R\$ 149.904 mil).

2.2 - Os diretores devem comentar

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

2025

A Neoenergia Coelba apresentou os resultados de 2025 a partir de análises gerenciais que a Administração entende traduzir da melhor forma o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS). Como referência, segue abaixo quadro de conciliação.

A margem bruta foi de R\$ 6.990 milhões em 2025 (+6% vs. 2024), explicado pelos maiores volumes, pelo impacto positivo da variação da parcela B de +8,1% no reajuste de abril de 2025 e pelo maior VNR, parcialmente compensada pelo impacto negativo da variação da parcela B de -4,8% do reajuste de abril de 2024.

Memória de Cálculo	2025	2024	Correspondência nas Notas Explicativas (*)
(+) Receita líquida	18.380	16.529	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(869)	(754)	Nota 3
(-) Outras receitas **	(233)	(196)	Nota 3.3
(+) Outras receitas - Outras	-	1	Nota 3.4
= RECEITA Operacional Líquida	17.278	15.580	
(+) Custos com energia elétrica	(7.582)	(6.912)	Demonstrações de resultado
(+) Custos de construção	(3.575)	(2.843)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(11.157)	(9.755)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	869	754	Nota 3
= MARGEM BRUTA	6.990	6.579	
(+) Custos de operação	(1.845)	(1.808)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(171)	(100)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(793)	(701)	Demonstrações de resultado
(-) Depreciação e Amortização	1.025	936	Nota 6
(+) Outras receitas **	233	196	Nota 3.3
(+) Outras receitas - Outras	-	(1)	Nota 3.4
= Despesa Operacional (PMSO)	(1.551)	(1.478)	
(+) PCE	(194)	(190)	Demonstrações de resultado
EBITDA	5.245	4.911	
(+) Depreciação e Amortização	(1.025)	(936)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(2.122)	(1.769)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(144)	(398)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	1.954	1.808	Demonstrações de resultado

(*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.

(**) Exceto compensações regulatórias.

2024

A Neoenergia Coelba apresentou os resultados de 2024 a partir de análises gerenciais que a Administração entende traduzir da melhor forma o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS). Como referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Em 2024, a margem bruta da Neoenergia Coelba foi de R\$ 6.579 milhões (+6% vs. 2023), impactada positivamente por maiores volumes, pelo crescimento da base de clientes (+2,0%), pelo maior VNR, dado o maior IPCA no período, e pela variação da parcela B de +2,5% em abril de 2023, parcialmente compensada pela variação da parcela B de -4,8% no reajuste de abril de 2024.

Memória de Cálculo	2024	2023	Correspondência nas Notas Explicativas (*)
(+) Receita líquida	16.529	15.159	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(754)	(665)	Nota 3
(-) Outras receitas	(196)	(194)	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	1	-	Nota 3.4
= RECEITA Operacional Líquida	15.580	14.300	
(+) Custos com energia elétrica	(6.912)	(6.451)	Demonstrações de resultado
(+) Custos de construção	(2.843)	(2.321)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(9.755)	(8.772)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	754	665	Nota 3
= MARGEM BRUTA	6.579	6.193	
(+) Custos de operação	(1.808)	(1.705)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(100)	(95)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(701)	(582)	Demonstrações de resultado
(-) Depreciação e Amortização	936	847	Nota 6
(+) Outras receitas	196	194	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	(1)	-	Nota 3.4
= Despesa Operacional (PMSO)	(1.478)	(1.341)	
(+) PECLD	(190)	(230)	Demonstrações de resultado
EBITDA	4.911	4.622	
(+) Depreciação e Amortização	(936)	(847)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(1.769)	(1.750)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(398)	(186)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	1.808	1.839	Demonstrações de resultado

(*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

2025

No 2025, a energia distribuída (cativo + livre + GD) pela Neoenergia Coelba foi de 25.460 GWh (+3,3% vs. 2024), refletindo o aumento da base de clientes (+2,3%) e o menor volume de chuvas, que compensaram as menores temperaturas. A classe residencial apresentou crescimento de 2,9% em 2025 vs. 2024, também impactada pelos efeitos descritos acima. A classe industrial apresentou incremento de 1,9% em 2025 vs. 2024, principalmente pelo bom desempenho dos setores de extrativismo e embalagem. A classe comercial registrou crescimento de 1,5% em 2025 vs. 2024. A classe rural apresentou incremento de 12,3% no ano, devido a maior demanda por irrigação, dado o menor volume de chuvas no período. Por fim, as outras classes apresentaram acréscimo de 1,7% em 2025 vs. 2024. Vale destacar que Neoenergia Coelba teve seu mercado de referência ajustado na revisão tarifária de 2023, de modo a compensar as migrações para geração distribuída.

A Neoenergia Coelba apresentou perdas totais 12 meses de 15,48% em 2025, enquadrada no seu limite regulatório, de 16,61%.

Em abril de 2025 a ANEEL aprimorou a metodologia de cálculo da cobertura de perdas não técnicas regulatórias em função dos impactos do crescimento da Geração Distribuída que reduz o faturamento das distribuidoras em função da energia compensada dos consumidores pertencentes ao sistema de compensação. A alteração vale a partir dos processos tarifários de 2025, e, portanto, já ocorreu para Neoenergia Coelba em abril de 2025.

Perdas 12 meses (%)														
Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda total				
4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25
10,91%	10,88%	10,87%	10,87%	10,87%	4,78%	4,91%	4,99%	4,98%	4,61%	15,69%	15,79%	15,86%	15,85%	15,48%
Perdas totais 12 meses (GWh)														
Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda total				
4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25
2.965	2.967	2.975	2.968	2.962	1.299	1.341	1.354	1.352	1.246	4.264	4.309	4.329	4.321	4.209

NOTA: (1) Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2025 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2024 foram ajustados para a apuração definitiva. (2) Limite regulatório 12 meses.

Com relação ao DEC, o mesmo fechou 2025 em 9,39 horas, abaixo do patamar regulatório de 12,11 horas. Já o FEC fechou 2025 em 3,76 vezes, também abaixo do patamar regulatório de 6,20 vezes.

2024

Em 2024, a energia distribuída (cativo + livre + GD) pela Neoenergia Coelba foi de 24.641 GWh (+5,7% vs. 2023), influenciada pelo aumento da base de clientes (+2,0%), além de maiores temperaturas no acumulado do ano. A classe residencial apresentou crescimento de 2,7% em 2024 vs. 2023. A classe industrial cativa mais livre apresentou incremento de 4,3% em 2024 vs. 2023 e a classe comercial cativa mais livre registrou queda de 1,4% em 2024 vs. 2023. Já a classe rural cativa mais livre apresentou crescimento de 7,9% no ano. Por fim, as outras classes cativas mais livre apresentaram acréscimo de 3,0% em 2024 vs. 2023. Vale destacar que Neoenergia Coelba teve seu mercado de referência ajustado na revisão tarifária de 2023, de modo a compensar as migrações para geração distribuída.

A Neoenergia Coelba apresentou perdas totais 12 meses de 15,69% no 4T24, seguindo sua trajetória de queda e se aproximando do seu limite regulatório, de 15,44%.

Perdas 12 meses (%)														
Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda total				
4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24
10,74%	10,81%	10,73%	10,91%	10,91%	5,31%	5,31%	5,38%	4,81%	4,78%	16,05%	16,12%	16,11%	15,72%	15,69%
Perdas totais 12 meses (GWh)														
Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda total				
4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24
2.850	2.913	2.928	2.987	2.965	1.407	1.430	1.466	1.318	1.299	4.258	4.343	4.394	4.304	4.264

NOTA: (1) Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2024 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2023 foram ajustados para a apuração definitiva. (2) Limite regulatório 12 meses.

Com relação ao DEC, o mesmo fechou 2024 em 10,24 horas, abaixo do patamar regulatório de 12,55 horas. Já o FEC fechou 2024 em 4,09 vezes, também abaixo do patamar regulatório de 6,74 vezes.

b. As variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As Tarifas de Energia Elétrica são fixadas pela ANEEL para cada concessionária de energia conforme características específicas de cada área de concessão (território geográfico onde cada empresa é contratualmente obrigada a fornecer energia elétrica), refletindo peculiaridades de cada região, como número de consumidores, quilômetros de rede e tamanho do mercado (quantidade de energia atendida por uma determinada infraestrutura), custo da energia comprada, tributos estaduais e outros.

Conforme contrato de concessão da Neoenergia Coelba, o Poder Concedente procederá, a cada 5 anos, as revisões dos valores das tarifas de comercialização de energia, alterando-as para mais ou para menos, de forma a assegurar a adequada prestação dos serviços concedidos e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Para este fim, o Poder Concedente deve considerar as alterações na estrutura de custos e de mercado da concessionária, os níveis de tarifas observados em empresas similares no contexto nacional e internacional, os estímulos à eficiência e a modicidade das tarifas.

Em 15 de abril de 2025, a ANEEL aprovou o reajuste tarifário da Neoenergia Coelba com efeito médio para o consumidor de 2,05%, sendo 1,88% para a baixa tensão e 2,53% para clientes da alta e média tensão, aplicado a partir de 22 de abril de 2025. A variação da Parcela A foi de 3,2%, totalizando R\$ 8.711,5 milhões, impactada principalmente pelos aumentos de 15,2% nos encargos setoriais. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 266,00/MWh. Já a variação da Parcela B foi de 8,1% (R\$ 6.269,8 milhões), reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de +8,58%, deduzida do Fator X, de 0,51%.

Em 16 de abril de 2024, foi aprovado o Reajuste Tarifário da Neoenergia Coelba. As novas tarifas entraram em vigor em 22 de abril, com efeito médio 1,53%, sendo 1,62% para a baixa tensão e 1,28% para clientes da alta e média tensão. A variação da Parcela A foi de 8,23%, totalizando R\$ 8.538,1 milhões, impactada principalmente pelos aumentos de 26,11% nos encargos setoriais e 9,73% nos custos com Transmissão de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 253,27/MWh. Já a variação da Parcela B foi de -4,82% (R\$ 5.513 milhões), reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de -4,26%, deduzida do Fator X, de 0,57%.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os principais indicadores e índices macroeconômicos que influenciam as operações realizadas pela Companhia são:

- Receitas
 - PIB: Um crescimento do PIB tende a refletir um aumento do consumo de energia elétrica.

- Inflação: os índices IGP-M e IPCA reajustam as tarifas de fornecimento de energia elétrica.
- Taxa de câmbio (dólar americano): índice de parte da parcela de reajuste das tarifas de fornecimento de energia elétrica.
- CDI: indicador a qual a maioria das aplicações estão vinculadas.
- Despesas
 - CDI: principal indexador das dívidas da Companhia. Na hipótese de elevação das taxas de juros, as despesas financeiras da Companhia também aumentarão, afetando negativamente a sua capacidade de pagamento.
 - Taxa de Câmbio (dólares americanos): parte da compra do gás para geração da energia é corrigida pela variação cambial
 - Inflação: repercute nos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de dívidas serem corrigidos pela inflação.

Ambiente Macroeconômico

O ano de 2025 foi marcado por tensões geopolíticas no cenário global, contribuindo para um ambiente de maior risco. Nos Estados Unidos, a economia manteve crescimento moderado, com inflação dentro das bandas da meta e mercado de trabalho aquecido, sustentando um PIB resiliente. O Federal Reserve (FED) adotou postura cautelosa, mantendo juros elevados durante boa parte do ano antes de promover alguns cortes no segundo semestre. A taxa de juros americana encerrou 2025 em 3,75%.

No Brasil, a inflação apresentou trajetória de desaceleração, encerrando 2025 com alta de 4,23%, dentro das bandas da meta do Banco Central. A atividade econômica permaneceu aquecida, reforçada pela taxa de desemprego em patamar historicamente baixo, e pela projeção de crescimento do PIB em 2,3% no ano. Apesar desse desempenho, a deterioração do quadro fiscal segue como fonte de preocupação quanto à sustentabilidade das contas públicas. Em resposta às pressões inflacionárias e ao ambiente externo desafiador, a política monetária manteve postura restritiva, com a taxa Selic encerrando o período em 15% ao ano.

Apesar das tensões geopolíticas e da volatilidade nos mercados globais, o enfraquecimento do dólar, que recuou 11% frente ao real, favoreceu a migração de fluxos para economias emergentes, incluindo o Brasil. Esse movimento impulsionou a retomada do investidor internacional na Bolsa brasileira, que registrou entrada líquida de aproximadamente R\$27 bilhões em 2025, contribuindo para a forte valorização do Ibovespa, que encerrou o ano com alta de 34%.

2025

Em 2025, o resultado financeiro foi de -R\$ 2.122 milhões (vs. -R\$ 1.769 milhões em 2024), conforme detalhado a seguir:

Piora de R\$ 403 milhões no resultado do serviço da dívida na comparação com o 2024, explicada majoritariamente pelo aumento de 3,44 pontos percentuais no CDI acumulado no período (68% do endividamento da companhia está atrelado a esse indexador). Adicionalmente houve o aumento de 14% no saldo médio da dívida da empresa em relação ao período anterior, devido às captações direcionadas para Capex e capital de giro da Companhia (principalmente para

atender a expansão do mercado e melhorar os padrões de qualidade e de eficiência operacional na distribuidora, bem como para o combate de perdas comerciais e técnicas).

A Renda de Aplicações Financeiras apresenta melhora de R\$ 35 milhões, quando comparada ao 2024, explicada pelos seguintes fatores:

- (i) Aumento do rendimento médio (efeito positivo de R\$ 32 milhões): Devido ao crescimento de 3,44 pontos percentuais no CDI acumulado no período;
- (ii) Aumento de 2% do volume médio aplicado (efeito positivo de R\$ 3 milhões).

Vale destacar que em 2025, a rubrica de variações monetárias e cambiais foi positivamente impactada pelo crédito de R\$ 56 milhões referentes a atualização monetária sobre os indêbitos tributários, contabilizados no 2T25.

2024

Em 2024, o resultado financeiro foi de -R\$ 1.769 milhões, em linha com o reportado em 2023 de -R\$ 1.750 milhões, conforme detalhado a seguir:

Melhora de R\$ 69 milhões no resultado do serviço da dívida na comparação com o 2023, explicada majoritariamente pela redução de 2,16 pontos percentuais do CDI no período (65% do endividamento da companhia está atrelado ao indexador). Entretanto, houve o aumento de 12% no saldo médio da dívida da empresa em relação ao ano anterior, devido às captações direcionadas para Capex e capital de giro da Companhia (principalmente para atender a expansão do mercado e melhorar os padrões de qualidade e de eficiência operacional na distribuidora, bem como para o combate de perdas comerciais e técnicas).

A Renda de Aplicações Financeiras apresenta melhora de R\$ 8 milhões, quando comparada ao ano anterior, explicada pelos seguintes fatores:

- (i) Aumento de 19% no volume médio aplicado (efeito positivo de R\$ 21 milhões);
- (ii) Redução do rendimento médio (efeito negativo de R\$ 13 milhões): seguindo a redução de 2,16 pontos percentuais no CDI acumulado no período.

Segue quadro demonstrativo com os principais indicadores dos 2 últimos anos:

Índices	2025	2024
CDI	14,32%	10,88%
TJLP	8,66%	6,89%
Δ USD ¹	-0,6899	1,3510
IPCA ²	4,46%	4,87%
IPCA ³	4,26%	4,83%

Nota 1: variação cambial entre 30/dezembro a 30/dezembro.

Nota 2: considera a inflação contabilizada no ano (M-1).

Nota 3: considera a inflação contabilizada no ano.

2.3. Os diretores devem comentar:

- a) **mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos**

sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

2025

As alterações nos pronunciamentos contábeis emitidas pelo CPC e com vigência a partir de 01 de janeiro de 2025 não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras.

2024

As alterações nos pronunciamentos contábeis emitidas pelo CPC e com vigência a partir de 01 de janeiro de 2024 não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras.

2023

As alterações nos pronunciamentos contábeis emitidas pelo CPC e com vigência a partir de 01 de janeiro de 2023 não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

2.4 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 não foram constituídos, adquiridos ou alienados participação societária na Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Ano 2025

Não aplicável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Ano 2024

Não aplicável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreram constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Ano 2023

Contrato de Permuta de Ações e Outras Avenças

Em 26 de setembro de 2023 ocorreu o fechamento da operação (Comunicado ao Mercado (<https://ri.neoenergia.com/resultados-e-indicadores/documentos-cvm/>), que aportou

simplificação societária e consolidação de resultados às respectivas Controladoras, após o cumprimento de determinadas condições precedentes, dentre elas: Aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), anuência de credores, reorganização dentro do grupo Eletrobras no âmbito da qual a Eletronorte passou a ser a única titular das Participações Eletronorte, e à observância de direitos de preferência de terceiros. Com o fechamento da transação, a Neoenergia passou a consolidar 100% (cem por cento) da operação da Energética Águas da Pedra S.A. – EAPSA (UHE Dardanelos), com uma capacidade instalada total de 261 MW e deixa de ter qualquer participação na Usina Hidrelétrica de Teles Pires (Teles Pires). Com relação ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato de Compra e Venda”), o qual tem por objeto a alienação, pela Companhia à Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”), em outubro de 2023 ocorreu o fechamento da transação, a Neoenergia transferiu à Baguari Energia S.A. as ações ordinárias representativas de 100% (cem por cento) do capital social total e votante da Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A., não detendo mais, assim, qualquer participação no Consórcio UHE Baguari.

c. Comentários sobre os eventos ou operações não usuais

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 não foram realizados na Companhia nenhum evento ou operação não usuais.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

O EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras.

Valores em R\$ mil	Exercício social terminado em:		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
LAJIDA	5.245.472	4.910.860	4.621.679

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Conciliação do LAJIDA -R\$ mil	Exercício social terminado em:		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
(=) Lucro Líquido	1.953.689	1.807.635	1.838.840
(+) Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	144.133	398.609	186.051
(-) Resultado Financeiro	2.122.442	1.769.094	1.749.523
(+) Depreciação e Amortização	1.025.208	935.522	847.265
(=) LAJIDA	5.245.472	4.910.860	4.621.679

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

O EBITDA é um indicador não contábil comumente utilizado no mercado para demonstrar uma aproximação da geração operacional de caixa decorrente das atividades da empresa, não considerando os efeitos dos impostos e contribuição sobre o lucro e o resultado financeiro, bem como a depreciação e amortização dos ativos permanentes. Adicionalmente, por ser um indicador de referência de mercado, também é um importante instrumento de avaliação do desempenho do negócio quando comparado com empresas do mesmo setor e demais setores da economia.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou as IFRS e tampouco deve ser considerado isoladamente como alternativa a outros indicadores financeiros, como seus fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

O EBITDA é apresentado como informação adicional porque a Companhia acredita se tratar de um indicador importante de seu desempenho operacional para os investidores. No entanto, nenhuma informação deverá ser considerada isoladamente, como um substituto para o lucro líquido apurado de acordo com as IFRS ou as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou, ainda, como medida da lucratividade da Companhia. Além disso, os cálculos da Companhia seguem o disposto na Resolução CVM 156/22 e podem não ser comparáveis a outras medidas similares utilizadas por outras companhias.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

2025:

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 11 de fevereiro de 2026.

Não houve qualquer evento subsequente às demonstrações financeiras de encerramento do exercício social findo que as altere substancialmente.

2024:

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 17 de fevereiro de 2025.

Não houve qualquer evento subsequente às demonstrações financeiras de encerramento do exercício social findo que as altere substancialmente.

2023:

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 06 de fevereiro de 2024, que contemplava a divulgação do evento subsequente abaixo descrito:

Em 02 de janeiro de 2024, a Companhia captou o montante de R\$ 610.054 mil, via 17ª emissão de debêntures com prazo de vencimento em até 10 (dez) anos.

2.7 – Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando

A Diretoria Executiva das empresas do Grupo Neoenergia, quanto a destinação dos resultados sociais, levará em consideração, em seu planejamento estratégico, objetivos específicos e mensuráveis que buscam otimizar a rentabilidade e criação de valor para o acionista de forma sustentável considerando a legislação aplicável e princípios de governança corporativa reconhecidos.

	2025	2024
a. Regras sobre retenção de lucros	(i) O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido, apurado nos termos da Lei, destinará 5% (cinco por cento) para constituição da Reserva Legal, até que seu montante atinja 20% (vinte por cento) do Capital Social; ou quando somado à reserva de capital, atinja 30% (trinta por cento) do capital social; e (ii) O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da Lei 11.638/07 reconhecido no resultado da Companhia foi transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis.	
Valores das Retenções de Lucros	Os movimentos das reservas de lucro no exercício foram de: (i) Reversão de Reserva de incentivo fiscal: R\$ 150.297 mil; e (iii) Reserva de retenção de lucros: R\$ 566.454 mil.	Os movimentos das reservas de lucro no exercício foram de: (i) Reserva de incentivo fiscal: R\$ 230.800 mil; (ii) Reserva legal: R\$ 90.382 mil; e (iii) Reserva de retenção de lucros: R\$ 1.065.160 mil.
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	21,30%	76,69%
b. Regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê que: (i) o pagamento de 25% do lucro líquido ajustado a título de dividendo mínimo obrigatório após as deduções previstas nas regras sobre retenção de lucros descrito no item 3.4.a.; (ii) a Companhia poderá levantar balanços intercalares e, com base neles, distribuir dividendos, desde que total de dividendos pagos nesses balanços não exceder o montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do art. 182 da Lei das S.A.; (iii) o valor dos juros, pago ou creditado, a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.429, de 26/12/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao dividendo mínimo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela sociedade para todos os efeitos legais; Distribuição do dividendo mínimo obrigatório destinado prioritariamente ao pagamento dos dividendos das ações preferenciais “Classe A” e “B”. Os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos, contado nos termos do art.287 da Lei das S.A., reverterão em benefício da Companhia.	
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A Companhia segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição de lucro líquido uma vez ao ano. Entretanto, nos termos do Estatuto Social, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos intermediários e Juros sobre Capital Próprio, mais de uma vez ao ano, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.	
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões	Reserva de Incentivo Fiscal: O valor relativo ao incentivo SUDENE, apurado a partir da vigência da Lei 11.638/2007 é contabilizado no resultado do exercício e posteriormente transferido para a conta de Reserva de Lucro (Reserva de Incentivo Fiscal – SUDENE), devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis, portanto não podendo ser distribuído como dividendos.	

judiciais, administrativas ou arbitrais	<u>Financiamento:</u> Os contratos de financiamentos não possuem restrições de pagamentos de dividendos acima do mínimo obrigatório, desde que a Companhia esteja adimplente com suas obrigações contratuais.
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A política de destinação do resultado está disposta no Capítulo VI, do Estatuto Social da Companhia, disponível para consulta no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (http://ri.neoenergia.com/governanca/estatuto/).

2.8 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Comentários sobre os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, que não tenham sido registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com compra de energia, como segue:

	<u>Compra de Energia (a)</u>
2027	5.710
2028	6.052
2029	6.007
2030	6.462
2031	6.844
Entre 2032 e 2036	42.598

Fonte: DFP (R\$ MM)

iii. Contratos de construção não terminada

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de construção e infraestrutura de longo prazo como segue:

	<u>Construção de Infraestrutura</u>
2027	3.322
2028	3.799
2029	3.206
2030	3.399
2031	3.407
Entre 2032 e 2036	17.824

Fonte: DFP (R\$ MM)

iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve contratos de recebimentos futuros de financiamentos, que não tenham sido registrados nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve outros itens, que não tenham sido registrados nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

2.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, não houve transações que alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens, que não tenham sido registrados nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Neoenergia Coelba

Em 2025, a NEOENERGIA COELBA investiu um montante de R\$ 3.997.322 mil e investimento direto líquido de R\$3.490.846 mil, dos quais R\$ 2.737.472 mil na expansão do sistema elétrico com construção e ampliação de subestações, construção de linhas e ligações de clientes, conforme detalhado na tabela a seguir para 2025, bem como para os anos de 2024 e 2023:

Investimento em R\$ mil	2025	2024	2023
Natureza Investimento			
Expansão de Rede	(2.737.472)	(2.153.554)	(1.825.396)
Programa Luz para Todos	(337.019)	(320.121)	(366.873)
Novas Ligações	(1.298.236)	(1.133.700)	(957.983)
Novas SE's e RD's	(1.102.216)	(699.748)	(500.572)
Compromisso ECV	(0)	16	-
Renovação de Ativos	(404.295)	(395.599)	(320.252)
Melhoria da Rede	(250.830)	(149.057)	(123.985)
Perdas e Inadimplência	(95.270)	(85.737)	(104.718)
Outros	(378.984)	(232.202)	(158.910)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(130.472)	23.062	(176.687)
(=) Investimento Bruto	(3.997.322)	(2.993.087)	(2.709.948)
SUBVENÇÕES	376.005	145.910	134.362
(=) Investimento Líquido	(3.621.318)	(2.847.177)	(2.575.586)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	130.472	(23.062)	176.687
(=) Investimento Direto Líquido	(3.490.846)	(2.870.240)	(2.398.899)

O Programa Luz para Todos foi instituído pelo Governo Federal com o objetivo de propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda sem acesso a esse serviço público. Com a publicação do Decreto nº 11.111, de 29 de junho de 2022, foi novamente prorrogada a vigência do Programa Luz para Todos até dezembro de 2026.

A Neoenergia Coelba pretende investir entre os anos de 2026 a 2029 um montante bruto cerca de R\$ 16 bilhões. Tais investimentos visam à expansão e reforço de suas redes de distribuição para suportar o crescimento econômico de sua área de concessão, garantindo assim a capacidade energética devida, bem como robustez de sua infraestrutura, assegurando a confiabilidade e a qualidade do serviço prestado.

Atualmente, a Neoenergia Coelba realiza a gestão do maior programa de eletrificação rural do país, com investimento acumulado de cerca de R\$ 8,3 bilhões, com participação financeira da Distribuidora, do Governo Federal e do Governo Estadual, atingindo a marca de 725 mil ligações. No 4T25 foram realizadas 1.010 ligações, promovendo desenvolvimento econômico e melhorando a qualidade de vida das pessoas.

Programa Luz para Todos	
até 2009	353.941
de 2010 a 2015	210.426
em 2016	20.517
em 2017	21.383
em 2018	21.489
em 2019	23.367
em 2020	17.919
em 2021	17.003
em 2022	18.256
em 2023	8.827
em 2024	6.139
em 2025	6.008
1T25	1.578
2T25	1.660
3T25	1.760
4T25	1.010
Total Ligações executadas	725.275

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Neoenergia Coelba financia parte do seu Programa de Investimentos por meio de linhas de crédito providas do BNDES, BNB, da ELETROBRAS, FINEP, BEI JICA, MUFG e IFC, dentre bancos de desenvolvimento e agências multilaterais, bem como o mercado de capitais doméstico, por meio de debêntures de infraestrutura, e bancos comerciais.

Em 2025, a Neoenergia Coelba celebrou e desembolsou contrato de Financiamento com o Banco Europeu de Investimentos ("BEI"), no valor de EUR 300 milhões, com prazo de 10 anos sendo 2 anos de carência para o principal, destinados à realização de investimentos na Neoenergia Coelba. O financiamento, classificado como verde e voltado à ação climática, é parte da iniciativa Global Gateway, estratégia da União Europeia lançada em 2021 para promover conexões inteligentes, limpas e seguras nos setores digital, energético e de transporte. Esse foi o primeiro financiamento sob essa iniciativa para o Setor Elétrico Brasileiro. Adicionalmente, foram desembolsados BRL 394 milhões residuais do financiamento assinado em 2024 junto ao BNDES. Além disso, foram realizadas as seguintes emissões: (i) R\$ 700 milhões via 20ª emissão de debêntures com a coordenação do Banco Itaú, (ii) R\$ 500 milhões via 21ª emissão de debêntures emitida com base no programa Ecoinvest, com a coordenação do Banco Bradesco e (iii) R\$ 3,3 bilhões via 22ª emissão de debêntures com a coordenação do Banco Itaú e XP.

Em 2024, a Companhia celebrou junto ao BNDES o contrato de financiamento no valor de R\$ 974 milhões, dos quais R\$ 400 milhões já foram desembolsados.

Em 2023, a Companhia captou R\$ 3.390 milhões, sendo (i) R\$ 1.000 via 4131 com swap junto aos bancos Scotia e BNP Paribas, (ii) R\$ 300 via 3ª emissão de Notas Comerciais, (iii) R\$ 1.200 via 16ª emissão de debêntures e (i) R\$ 890 milhões via 17ª emissão de debêntures.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável. Não existem desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não aplicável. Não existem outras aquisições relevantes já divulgadas pela Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Os investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) regulados pela ANEEL cumprem o que determina a Lei 9.991/2000, segundo a qual as empresas de distribuição devem destinar 0,50% da sua receita operacional líquida (ROL) para Programas de PDI, 0, 50% em Programas de Eficiência Energética (EE). Para as empresas de geração e transmissão essa obrigação de investimento em Programas de PDI corresponde a 1% da ROL.

A empresa, além de cumprir esse dispositivo regulatório, define o tema inovação como um dos seus valores, ratificando a intenção de manter seu parque tecnológico atualizado e, ao mesmo tempo, a sua pretensão de desenvolver e manter em suas empresas os conhecimentos

necessários para a adequada prestação de seus serviços e a consolidação de seu posicionamento estratégico.

Os programas anuais de PDI podem ser constituídos de um ou mais projetos, cooperados entre as empresas ou não, e, no período de 2022 a 30 de setembro de 2023, foram propostos de acordo com as instruções dispostas nos Procedimentos do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (PROP&D) da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A partir de 1º de outubro de 2023, passaram a ser propostos de acordo com as instruções dispostas nos Procedimentos do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação — PROPDI.

De acordo com as diretrizes do novo regulamento do Programa de PDI, os projetos de PDI são avaliados pelo nível de maturidade tecnológica (TRL, do inglês Technology Readiness Level). O TRL é uma escala que varia de TRL1 até TRL9, utilizada para avaliar o grau de desenvolvimento de uma tecnologia.

Considerando esses conceitos, estiveram em andamento **08** projetos de PDI, no período de 2023 a 2025, da Companhia, listados abaixo, com níveis de maturidade tecnológica TRL 1 à TRL5, auferidos no início do desenvolvimento de cada iniciativa, sendo, portanto, considerados projetos de pesquisa:

- PD-00047-0083/2018 – Desenvolvimento de Tecnologia para Inserção de Microrrede em Sistemas Isolados. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Elektro. Propõe-se o Estudo da aplicação de microrredes como solução em massa para universalização, investigando tecnologias, custos e ganho socioeconômico para os eletrificados em 6 plantas piloto. A partir de dados dos pilotos, será desenvolvido gerenciador de energia para microrredes com presença de supercapacitores.
- PD-00047-0086/2019 – GODEL - Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Elétricas Inteligentes - Módulo de Medição. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Elektro. Pretende-se desenvolver uma Metodologia e construir laboratórios para a validação de protocolo de medição e comunicação garantindo interoperabilidade para todas as camadas do modelo OSI. Na camada de aplicação, será desenvolvido o padrão brasileiro do protocolo DLMS. Nas camadas mais baixas, propõe-se o uso dos protocolos PRIME e WI-SUN.
- PD-00040-0024/2020 – Sistema de diagnóstico, inspeção e cadastro automático de ativos elétricos utilizando VANTs. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Elektro. O objetivo do projeto é desenvolver um VANT (Veículo aéreo não tripulado) auto-carregável com dois propósitos: inspeções em linha de distribuição e transmissão e cadastro remoto de ativos. Atualmente na área de distribuição são realizadas coletas das imagens para análise pelo operador, para que, em um segundo momento sejam analisados os defeitos via *software*. Os VANTs são aplicados, principalmente na coleta de imagens a longas distâncias. Existem, também, projetos de PDI vinculados a ANEEL para a realização de inspeções visuais em linhas de distribuição, no entanto nestas pesquisas, os robôs eram fixos à linha e/ou não permitiam realizar coleta de imagens em 3D.

- PD-00047-0093/2022 - Soluções sustentáveis e ecoeficientes para convívio da arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*) com a rede elétrica. Tem como objetivo o desenvolvimento com aplicação inovadora de soluções sustentáveis e ecoeficientes para o convívio da arara-azul-de-lear com a rede elétrica de distribuição da Neoenergia Coelba. A arara-azul-de-lear é uma espécie endêmica da Caatinga baiana que se encontra ameaçada de extinção. Essa espécie vem sofrendo eletroplessão nas fiações, pois as aves utilizam as redes de distribuição como poleiros. É no município de Euclides da Cunha-BA que se registra o maior quantitativo de mortes da espécie, que é importante para a manutenção do equilíbrio do ecossistema local, bem como uma riqueza natural, cultural e social da região. Portanto, se faz necessária a adoção de medidas de preservação sobre a população dessa espécie, antes que o impacto se torne irreversível. Tais medidas não devem se restringir a soluções tecnológicas voltadas para a rede de distribuição, mas sim envolver aspectos culturais, sociais e educacionais da comunidade, potencializando suas chances de êxito e perenidade. A Neoenergia Coelba participa sem cooperadas neste projeto.
- PD-00047-0094/2022 - Sensor de proximidade para mitigação de acidentes causados por aproximação excessiva às fases de subestações e redes de 69 kV, em trabalhos de linha viva ao potencial. A Neoenergia Coelba pretende-se desenvolver um sistema de sensores (de campo elétrico, proximidade e/ou corrente de fuga) a serem instalados no caminhão de linha viva para mitigação de acidentes. Com o crescimento da demanda do sistema elétrico e do aumento dos requisitos de desempenho do sistema, a manutenção tende a ser realizada com o sistema energizado, aumentando assim o risco das atividades de manutenção. Desse modo, as atividades de manutenção em linha viva, que antes eram realizadas em sua maioria em linhas de transmissão agora tendem a ser realizadas também em subestações, que apresentam maiores restrições de espaço de trabalho. Assim, os procedimentos devem ser melhor avaliados no sentido de mitigar riscos à vida da população ocupacional. Apenas a Neoenergia Coelba participa deste projeto.
- PD-00043-0122/2022- Desenvolvimento de sistema de Inteligência Artificial para identificação de não conformidade de ações de campo e utilização de EPIs por imagens. O objetivo do projeto é desenvolver um sistema com inteligência artificial para identificação de não conformidade de ações por equipes de campo, tais como a não utilização ou uso inadequado de equipamentos de proteção individual (EPI), bem como a realização de procedimentos incorretos. O projeto é cooperado entre as distribuidoras da Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Elektro e Neoenergia Brasília.
- PD-00063-3088/2022- Governança de SANBOXES Tarifários. O contexto global de forte mutação tecnológica com significativas reduções de custos em algumas classes de tecnologias, e a ampliação das possibilidades de escolha dos consumidores finais, criou condições para uma participação mais ativa dos consumidores na gestão ativa do seu consumo de energia. Neste sentido, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) lançou a Resolução Normativa 966 em 14.12.2021, que regulamenta o desenvolvimento e aplicação de projetos-pilotos que envolvam faturamento diferenciado pelas concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. Mais recentemente, em 22.12.2021, a ANEEL publicou o Termo de Referência do Projeto-Piloto de PeD – Governança de Sandboxes. O projeto coordena e acompanha a execução e avaliação técnica de subprojetos sobre a temática Sandboxes Tarifários,

aprovados pela Resolução Normativa 754, de 13 de dezembro de 2016, no tema “Governança de Sandboxes Tarifários”. O projeto é cooperado entre as distribuidoras da Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Elektro e Neoenergia Brasília.

- PD-00385-0074/2022 - Previsão para até 10 anos de temperatura máxima e sensação térmica para o planejamento energético das distribuidoras da Neoenergia. Consiste no desenvolvimento de algoritmo e aplicativo computacional para previsão da evolução da temperatura do ar e da sensação térmica, utilizando resultados de modelos numéricos do sistema climático, combinados com técnicas de machine learning, objetivando projeções mais assertivas do mercado de energia das distribuídas Neoenergia. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.

Entre 2023 e 2025 foram encerrados **05** projetos: **(i)** PD-00047-0083/2018 – Desenvolvimento de Tecnologia para Inserção de Microrrede em Sistemas Isolados; **(i)** PD-00047-0086/2019 – GODEL - Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Elétricas Inteligentes - Módulo de Medição; **(iii)** PD-00040-0024/2020 – Sistema de diagnóstico, inspeção e cadastro automático de ativos elétricos utilizando VANTs; **(iv)** PD-00047-0094/2022 - Sensor de proximidade para mitigação de acidentes causados por aproximação excessiva às fases de subestações e redes de 69 kV, em trabalhos de linha viva ao potencial; **(v)** PD-00385-0074/2022 - Previsão para até 10 anos de temperatura máxima e sensação térmica para o planejamento energético das distribuidoras da Neoenergia

Estão em andamento **03** projetos, listados a seguir: **(i)** PD-00047-0093/2022 - Soluções sustentáveis e ecoeficientes para convívio da arara-azul-de-lear (Anodorhynchus leari) com a rede elétrica; **(ii)** PD-00043-0122/2022- Desenvolvimento de sistema de Inteligência Artificial para identificação de não conformidade de ações de campo e utilização de EPIs por imagens; **(iii)** PD-00063-3088/2022 - Governança de SANBOXES Tarifários..

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Entre 2023 e 2025, os montantes totais investidos pela Neoenergia Coelba em projetos de PDI, referentes aos níveis de maturidade tecnológica TRL 1 ao TRL 5, corresponderam aos seguintes valores:

- Em 2025, R\$ 4.985.799,12
- Em 2024, R\$ 5.070.279,92
- Em 2023, R\$ 4.626.028,92

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

No desenvolvimento de projetos da Neoenergia, que geram novos produtos e serviços, também são incluídos os projetos do programa de PDI que pertencem a estágios mais avançados na escala de maturidade tecnológica, classificadas entre os níveis TRL 6 até TRL 9, definidos na fase inicial de cada iniciativa.

Dessa forma, no período de 2023 a 2025, a Neoenergia Coelba desenvolveu os **18** projetos a seguir:

- PD-00385-0070/2019 - Transformação Digital da Experiência do Cliente Neoenergia. O projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco. Tem como objetivo transformar a experiência do cliente Neoenergia, oferecendo canais digitais mais eficientes e personalizados para melhorar o desempenho dos indicadores de serviço ao cliente e tornar mais eficiente o atendimento humano e digital. Será realizado o redesenho dos diversos perfis de clientes na era digital, além do desenvolvimento e aplicações de novas soluções digitais para atender às necessidades atuais e futuras.
- PD-00385-0071/2019 - Desenvolvimento de Equipamento para Poda de Árvores em Redes de Distribuição de até 46 kV com controle remoto. O projeto consiste no desenvolvimento de uma ferramenta de poda acoplado em um braço hidráulico que possibilita a execução da poda de árvores próximas as redes energizadas de forma robotizada e com operação remota. O projeto tem como principal motivação a redução dos riscos envolvidos na metodologia tradicional de poda que utiliza caminhão de linha viva com o eletro-arborista operando manualmente as ferramentas de poda de dentro do cesto aéreo. O equipamento desenvolvido minimizará os riscos ao operador e queda de galhos sobre a rede. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Elektro, Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.
- PD-00043-0119-2019 - Antenas Inteligentes - Cabeça de Série. No projeto de pesquisa anterior foi desenvolvido um Sistema de Antenas Inteligente chaveado com aplicação Piloto na Subestação de Gravatá/PE, na qual se encontravam três chaves repetidoras telecomandadas localizadas em uma "região de sombra", dentro de um setor de 180°, e raio de 10 km, em relação à subestação de Gravatá. A motivação do Projeto atual é expandir o sistema de antenas inteligente, já desenvolvido e testado, para uma abrangência de 360°. Isto é, permitir a comunicação do COI com qualquer chave religadora localizada dentro de círculo com raio de 15 km, para que possa substituir o sistema de comunicação clássico, existente, de forma a ficar permanentemente em operação, e que possa ser aplicado a qualquer subestação que utilize enlace de rádio. Participam deste projeto as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.
- PD-00047-0087/2019 - Criação de corredor verde no Nordeste e postos de carregamento urbano para avaliação do desempenho de veículos híbridos e elétricos. Este projeto é cooperado entre as empresas Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e a Termopernambuco. O projeto prevê a criação de um corredor verde no Nordeste (trecho entre Salvador-BA e Natal-RN), contendo 11 estações de recarga em rodovia (50kW) e mais 6 estações em shoppings urbanos (22kW). O projeto visa a avaliação de um novo modelo de negócio para as empresas do setor elétrico.
- PD-00043-0087/2019 - Aplicações Ambientalmente Sustentáveis da Mobilidade Elétrica para a ilha de Fernando de Noronha. Este projeto é cooperado entre as empresas Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e a Termopernambuco, e visa desenvolver a Mobilidade Elétrica de forma sustentável em Fernando de Noronha via soluções e modelos de negócio em atividades de turismo, serviços públicos e operações da administração da Neoenergia Pernambuco, com potencial de reprodutibilidade em outros ambientes e envolvimento de empresas e

entidades locais. Também objetiva soluções tecnológicas para suporte aos veículos elétricos e otimização dos recursos renováveis com proposição de *roadmap* evolutivo.

- PD-00385-0069/2019 - Desenvolvimento de Caminhão Elétrico para Manutenção de Redes de Distribuição de Energia. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco. O produto principal deste projeto é um Caminhão elétrico para manutenção de redes de distribuição, com desenvolvimento de um sistema para o gerenciamento das recargas de oportunidades do veículo na própria rede de baixa tensão da concessionária.
- PD-00047-0089/2019 – GODEL - Cabeça de série do qualímetro com oscilografia contínua e sistema de localização de defeitos em tempo real. Este projeto é desenvolvido pela Neoenergia Coelba, a qual pretende investir na produção e testes do medidor de qualidade da energia elétrica desenvolvido na fase experimental. Não existem atualmente métodos consagrados específicos para compressão que possibilitem o armazenamento de oscilografias de circuitos trifásicos por vários dias, ou mesmo meses, em memórias atualmente disponíveis no mercado. Assim, o desenvolvimento de tais métodos já é inovador em si. O medidor de qualidade da energia elétrica com função de oscilografia contínua não é produzido atualmente no Brasil, sendo que tal tecnologia ainda é incipiente na indústria brasileira.
- PD-00043-0121/2020 - Sistema de Medição da Resistência de Aterramento em Subestações Usando Fonte de Injeção de Corrente. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco. O objetivo do projeto é desenvolver o lote pioneiro de uma fonte de corrente projetada para medir resistência da malha de aterramento de uma SE energizada, alimentada à bateria e seguindo as normas internacionais de segurança IEC 61010-1, CAT IV e metodologias de medições NBR 15749. Equipamento será controlado a distância através de tablet numa rede Wi-Fi.
- PD-00047-0091/2021 – GODEL - Cabeça de série do concentrador de dados de medição – Multilink. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Brasília, Neoenergia Elektro e Neoenergia Pernambuco. O conceito de redes elétricas inteligentes prevê a utilização de soluções de telecomunicações e de tecnologia da informação para tornar o sistema elétrico mais eficiente, confiável e sustentável. O monitoramento dos dados gerados pelos dispositivos em campo será cada vez mais confiável e resiliente quanto maior o uso de múltiplos meios de comunicação, tais como rádios ponto a ponto, rádios mesh, modems celulares, modems via satélite e modems de fibra óptica, que venham a prover redundância na comunicação e possibilitando a escolha do melhor meio para cada caso específico. Neste contexto, o objetivo desse projeto é evoluir o desenvolvimento do Concentrador Multilink, criado originalmente no projeto PD-00047-0080/2017 que criou a solução que integra todos esses meios de comunicação em um único equipamento. O equipamento deverá otimizar a operação, a instalação e a logística de manutenção da rede de distribuição, simplificando processos e reduzindo custos de implantação e de manutenção.
- PD-00047-0092/2022 - Cabeça de Série da Torre de Emergência Móvel para Linhas de 69 e 138kV. O objetivo do projeto é desenvolver o Cabeça de série da Torre de Emergência Móvel em plataforma veicular para estruturas em 69 e/ou 138kV (suspensão

e/ou ancoragem). Além disso, desenvolvimento de protótipo de ancoras nacionais removíveis e aprimoramento de metodologia para uso de torres de emergência móveis em redes de subtransmissão. As atividades de manutenção em linhas de subtransmissão tem como dificuldade o tempo de execução em função da dimensão dos equipamentos envolvidos, além da dificuldade de acesso aos locais da ocorrência. Desta forma, a Torre permitirá maior mobilidade e agilidade em relação à operação convencional por facilitar a aproximação às linhas de subtransmissão, além da montagem e elevação ocorrer através de sistemas controlado por um operador, eximindo a atividade de montagem manual e ganhando no tempo de serviço. Este novo modelo de torre móvel ganha também em capacidade de carga e tipo de estrutura, ampliando a sua aplicabilidade. A torre móvel poderá também ser aplicada em obras de construção de novas linhas, substituindo a implantação de estruturas convencionais provisórias, reduzindo os custos com material e mão-de-obra e otimizando o tempo de trabalho. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern, Neoenergia Brasília e Neoenergia Pernambuco.

- PD-00047-0095/2023- Alocação Otimizada de Reatores Saturados Cabeça de Série em Redes de Distribuição Multirramais para Regulação da Tensão. O produto desse é projeto vai resultar na construção e instalação otimizada de equipamentos cabeça de série do tipo Reator a Núcleo Saturado (RNS), numa rede de distribuição de 34,5 kV da Neoenergia Coelba, visando o atendimento aos padrões adequados de suprimento. O atendimento aos padrões de qualidade conduzirá à melhoria do relacionamento técnico/comercial com seus consumidores, minimizando conflitos entre as partes e eventuais consequências sobre a operação e vida útil dos componentes de rede e das unidades consumidoras.
- PD-00047-0096/2024 - Projeto de Otimização do Programa de Obras da Neoenergia. Tem por objetivo Desenvolver Solução baseada em algoritmos de otimização para planejamento e roteirização de carteira de obras de distribuição, da Neoenergia para maximização do retorno sobre capital investido, considerando também outras métricas de interesse; Permitir a geração de cenários para o planejamento anual de obras e o replanejamento da carteira ao longo do ano; Automatizar e aportar inteligência de dados ao processo de programação de obras.
- PD-00047-0097/2024 - Lote Pioneiro do Projeto Sensor Inteligente de 69kV. Tem o objetivo de desenvolver um Sistema de Monitoramento de redes elétricas de 69kV constituído de Sensores e respectivas Unidades Concentradoras e Servidores de Comunicação com software de gerenciamento, armazenamento e análise. A empresa de energia elétrica é beneficiada com um sistema de diagnóstico em tempo real de desligamentos e instabilidades na rede. O Sensor Inteligente de 69kV poderá ser comercializado no Brasil e até em mercado externo. Há a potencial aplicação para medição de perdas em circuito com clientes da categoria A3. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern, Neoenergia Brasília e Neoenergia Pernambuco.
- PD-00390-1098/2024 - Melhores Práticas para o Segmento de Distribuição em Face de Eventos Climáticos Extremos. Este projeto estuda as melhores práticas adotadas no setor elétrico ao redor do mundo para enfrentamento de eventos climáticos severos, sob a ótica da resiliência operacional e de infraestrutura. No seu escopo é feita pesquisa e

proposição de indicadores de resiliência, elaboração de guia de compartilhamento de equipes, bem como o uso de tecnologias para monitoramento climático. A Neoenergia Brasília e a Neoenergia Coelba participam deste projeto como empresas cooperadas, juntamente com empresas de outros grupos econômicos do setor elétrico.

- PD-00047-0098/2024 – Lote Pioneiro do qualímetro com oscilografia contínua e sistema de localização de defeitos em tempo real - GODEL PQA. Este projeto é desenvolvido pela Neoenergia Coelba e Neoenergia Brasília. O objetivo é dar robustez no medidor de qualidade da energia elétrica desenvolvido na fase cabeça de série, visando a transferência tecnológica ara parceiro industrial. Não existem atualmente métodos consagrados específicos para compressão que possibilitem o armazenamento de oscilografias de circuitos trifásicos por vários dias, ou mesmo meses, em memórias atualmente disponíveis no mercado.
- PD-00047-0099/2025 – Aplicação combinada de capacitor série e reator de núcleo saturado para mitigação do colapso de tensão em redes com alta penetração de GD. Projeto desenvolvido pela Neoenergia Coelba, tem o objetivo do projeto é o desenvolvimento de um arranjo com Banco de Capacitor e reatores a núcleo saturado, para atuar em redes com problemas de regulação de tensão, colapso de tensão e desligamento de cargas, minimizando assim o risco reputacional da distribuidora e o pagamento de compensações a grandes clientes.
- PD-00047-0100/2025 – Soluções sustentáveis e ecoeficientes para convívio da arara-azul-de-lear (Anodorhynchus leari) com a rede elétrica - Fase 2. O projeto desenvolvido pela Neoenergia Coelba, visa elevar a maturidade tecnológica da solução contra eletroplessão da arara-azul-de-lear desenvolvida no PD-00047-0093/2022, com testes em ambiente controlado e operacional, e viabilizar sua industrialização. Estruturado em sete fases, o projeto inicia com testes em ambiente controlado por meio da instalação dos protótipos em cativeiro para monitorar o comportamento das aves. Na fase de design review, os dados coletados são analisados para aprimorar o protótipo e gerar conceitos para novas estruturas. O projeto detalhado formaliza desenhos técnicos, manuais de fabricação e instalação. Em seguida, a fabricação dos protótipos na manufatura aditiva. Os testes em campo será destinado para instalação dos protótipos no Raso da Catarina sob condições reais. A fase de transferência de tecnologia buscará parcerias industriais para produção em escala, e o encerramento consolidará resultados. A iniciativa integra conservação ambiental, inovação técnica e segurança do sistema elétrico.
- PD-00390-2000/2025 - Plataforma Integrada de Inteligência Climática para o Setor Elétrico de São Paulo. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro e Neoenergia Pernambuco, além da participação de outras Empresa do Setor Elétrico. Nas últimas décadas, os custos com eventos climáticos extremos aumentaram significativamente, afetando comunidades e economias, incluindo o Brasil. Nos últimos 15 anos, o país enfrentou diversas catástrofes climáticas, com intensificação em 2023/2024. Estimativas do ELAT/INPE indicam que esses eventos causam prejuízos ao setor elétrico superiores a R\$ 100 milhões anuais, podendo ultrapassar R\$ 200 milhões até 2030. Recentemente, em novembro de 2023, ventos acima de 100 km/h em São Paulo, não vistos desde 1995, geraram impactos significativos, sinalizando uma mudança nos padrões de eventos climáticos. Em outubro de 2024, uma série de eventos extremos causou falta de energia em várias cidades. Em resposta, a ANEEL incluiu "Resiliência de

Redes" na Agenda Regulatória 2024/2025 e promoveu Tomadas de Subsídios e um workshop sobre o tema, destacando a necessidade de adaptação do setor elétrico a essas novas realidades climáticas. O objetivo do projeto é implantar uma Plataforma com IA que analisa dados da rede elétrica e clima, oferecendo previsibilidade de 8 horas sobre impactos aos consumidores e análise de vulnerabilidade dinâmica por regiões.

Entre 2023 e 2025 foram encerrados **10** projetos, são eles: **(i)** PD-00385-0071/2019 - Desenvolvimento de Equipamento para Poda de Árvores em Redes de Distribuição de até 46 kV com controle remoto; **(ii)** PD-00385-0070/2019 - Transformação Digital da Experiência do Cliente Neoenergia; **(iii)** PD-00043-0119-2019 - Antenas Inteligentes - Cabeça de Série; **(iv)** PD-00047-0087/2019 - Criação de corredor verde no Nordeste e postos de carregamento urbano para avaliação do desempenho de veículos híbridos e elétricos; **(v)** PD-00043-0087/2019 - Aplicações Ambientalmente Sustentáveis da Mobilidade Elétrica para a ilha de Fernando de Noronha; **(vi)** PD-00385-0069/2019 - Desenvolvimento de Caminhão Elétrico para Manutenção de Redes de Distribuição de Energia; **(vii)** PD-00047-0089/2019 – GODEL - Cabeça de série do qualímetro com oscilografia contínua e sistema de localização de defeitos em tempo real; **(viii)** PD-00043-0121/2020 - Sistema de Medição da Resistência de Aterramento em Subestações Usando Fonte de Injeção de Corrente; **(ix)** PD-00047-0092/2022 - Cabeça de Série da Torre de Emergência Móvel para Linhas de 69 e 138kV; **(x)** Projeto de Otimização do Programa de Obras da Neoenergia. .

Os 08 seguintes projetos encontram-se em andamento: **(i)** PD-00047-0091/2021 – GODEL - Cabeça de série do concentrador de dados de medição – Multilink; **(ii)** PD-00047-0095/2023- Alocação Otimizada de Reatores Saturados Cabeça de Série em Redes de Distribuição Multirramais para Regulação da Tensão; **(iii)** PD-00047-0098/2024 - Lote Pioneiro do qualímetro com oscilografia contínua e sistema de localização de defeitos em tempo real – GODEL PQA; **(iv)** PD-00047-0097/2024 - Lote Pioneiro do Projeto Sensor Inteligente de 69kV; **(v)** PD-00390-1098/2024 - Melhores Práticas para o Segmento de Distribuição em Face de Eventos Climáticos Extremos; **(vi)** PD-00047-0099/2025 Aplicação combinada de capacitor série e reator de núcleo saturado para mitigação do colapso de tensão em redes com alta penetração de GD; **(vii)** PD-00047-0100/2025 - Soluções sustentáveis e ecoeficientes para convívio da arara-azul-de-lear (Anodorhynchus leari) com a rede elétrica – Fase 2; **(viii)** PD-03390-2000/2025 - Plataforma Integrada de Inteligência Climático para o Setor Elétrico de São Paulo.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes totais investidos pela Neoenergia Coelba nos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, com os níveis de TRL 6 até TRL 9, somados aos recursos destinados à gestão do Programa de PDI, corresponderam aos seguintes valores:

- Em 2025, R\$ 9.245.893,48
- Em 2024, R\$ 12.464.292,24
- Em 2023, R\$ 16.311.652,67

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Como parte de sua estratégia corporativa, em 2025 a controladora da Companhia, Neoenergia S.A. ("Neoenergia"), monitorou um conjunto de 30 metas estratégicas, estabelecidas com

horizontes definidos para 2025 e 2030. A apuração dos resultados desse ano foi considerada um marco decisivo no ciclo de sustentabilidade do Grupo Neoenergia, orientando uma revisão abrangente do conjunto de metas que norteará sua atuação até 2030.

A Neoenergia conduziu uma análise estruturada que considerou, principalmente, (i) seus planos de investimentos; (ii) o desempenho alcançado em certas metas e (iii) foco em temas prioritários. Com base nessa avaliação, a Neoenergia reestruturou seu portfólio, passando de 30 para 20 metas estratégicas, preservando seus direcionadores, fortalecendo a governança, assegurando o alinhamento com as melhores práticas internacionais e garantindo coerência com sua dinâmica operacional.

A consolidação desse novo portfólio de metas tem como objetivo assegurar que o Grupo Neoenergia avance de forma ainda mais estruturada, priorizando indicadores que traduzam com clareza sua ambição e capacidade de gerar impacto positivo. Com metas mais focadas, metodologias aprimoradas e mecanismos de gestão fortalecidos, a Neoenergia inaugura um novo ciclo orientado pela busca permanente de eficiência, transparência e criação de valor sustentável.

Além das metas de sustentabilidade, a Neoenergia vinculou sua estratégia de negócios e sustentabilidade aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, concentrando seus esforços nos ODS nos quais sua contribuição é mais relevante: fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7); e ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13). A Neoenergia segue signatária dos dez princípios do Pacto Global, desde 2007, com uma atuação baseada no respeito a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

No contexto da transição energética, a Neoenergia tem avançado em um conjunto de estratégias que materializam oportunidades ASG diretamente integradas ao seu plano de negócios. Essas estratégias abrangem a descarbonização, a expansão de soluções de energia limpa, o fortalecimento da inovação tecnológica, a eficiência energética, o desenvolvimento territorial, a atuação institucional e a modernização da infraestrutura elétrica.

A Neoenergia avança na implementação de soluções de energia renovável, armazenamento e gestão inteligente de energia, ampliando sua contribuição para a redução de emissões e a diversificação de matrizes energéticas em territórios sensíveis e de alta relevância ambiental. Essas ações reforçam a capacidade da empresa de capturar oportunidades relacionadas à transição para modelos de baixo carbono.

No âmbito climático, a Neoenergia teve suas metas de redução de emissões validadas pelo SBTi, estabelecendo compromisso de atingir emissões líquidas zero dentro de prazos alinhados à ciência. Esse alinhamento cria oportunidades relevantes de acesso a financiamentos sustentáveis, fortalece a governança climática e demonstra aderência ao Acordo de Paris. As metas aprovadas abrangem reduções robustas nos Escopos 1, 2 e 3, com transformações significativas na cadeia de valor.

A Neoenergia também ampliou sua atuação institucional ao integrar iniciativas setoriais voltadas à transição energética, à descarbonização e ao aprimoramento regulatório, contribuindo com análises técnicas e formulação de recomendações estratégicas para políticas públicas. Essa participação fortalece o posicionamento da empresa em temas estratégicos do setor elétrico e gera oportunidades futuras de investimento e inovação.

No eixo de inovação, a Neoenergia tem aprofundado pesquisas e parcerias voltadas ao desenvolvimento de novas tecnologias de baixo carbono, incluindo aplicações vinculadas ao hidrogênio verde, armazenamento de energia e digitalização de sistemas elétricos. Esses avanços ampliam o portfólio tecnológico e posicionam a Neoenergia na fronteira da transição energética.

Em eficiência energética, a Neoenergia tem expandido iniciativas voltadas ao uso racional da energia, à modernização de instalações, à redução de perdas sistêmicas e à promoção de soluções eficientes em diferentes segmentos consumidores, contribuindo para ganhos de produtividade e mitigação de emissões.

No campo sociocultural, a Neoenergia mantém iniciativas que integram preservação do patrimônio histórico, valorização da cultura, promoção do esporte feminino e apoio a programas de inclusão, conectando eficiência energética, consumo responsável e impacto social positivo.

Por fim, em infraestrutura essencial, a Neoenergia tem ampliado oportunidades de financiamento para investimentos em modernização, automação e expansão das redes de distribuição, com foco em resiliência climática, atendimento a comunidades vulneráveis e integração eficiente de fontes renováveis ao sistema elétrico. Essas iniciativas reforçam a segurança do fornecimento, a capacidade operacional e a qualidade do serviço prestado.

Em conjunto, essas estratégias estruturam um portfólio integrado de oportunidades ASG que fortalece a competitividade da Neoenergia, amplia sua capacidade de geração de valor sustentável e posiciona a empresa de forma consistente frente às demandas da transição energética, da regulação climática global e do mercado financeiro.

Ao final de 2023 a Neoenergia Coelba já tinha certificado o montante de R\$ 4,3 bilhões em financiamentos verdes.

Em 2024 foi certificado o montante aproximado de R\$ 3,5 bilhões em Neoenergia Coelba, entre dívidas de Mercado de Capitais, bilaterais e Banco de Fomento.

Em 2025 foi certificado o montante aproximado de R\$ 6,5 bilhões em Neoenergia Coelba, entre dívidas de Mercado de Capitais, bilaterais e Banco de Fomento.

O Grupo Neoenergia ao final de 2025 já tinha um total de mais de 50 títulos verdes emitidos pelo Grupo no valor total aproximado de R\$ 37 bilhões, destinados ao financiamento de projetos renováveis, de transmissão, de distribuição ou ESG linked.

2.11 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Exercício de 2025

Não aplicável

Exercício de 2024

Não aplicável

Exercício de 2023

Não aplicável

ANEXO III

CANDIDATOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome	Eduardo Capelastegui Saiz (recondução)		
Data de Nascimento	02/03/1970		
Profissão	Administrador de Empresas		
CPF	819.863.865-20		
Órgão da Administração	Conselho de Administração	Cargo Ocupado	Eletivo Membro Titular
Data da Eleição	08.04.2026	Data de Posse	08.04.2026
Prazo do Mandato	Até AGO 2028	Eleito pelo Controlador?	Sim
Nº de Mandatos Consecutivos	2	Percentual de Participação em Reuniões	100%
Descrição de outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não se aplica.		
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.	Não se aplica, pois foi eleito pelo controlador.		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos			
Nome e Setor de atividade da Empresa:	Neoenergia S.A. Setor: Energia		
Cargo:	Membro Titular do Conselho de Administração da Neoenergia desde 15.06.2022 e Diretor Presidente da Neoenergia desde 15.07.2022.		
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	(b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	É Membro Titular do Conselho de Administração do Instituto Neoenergia; É Membro Titular do Conselho de Administração da Neoenergia Renováveis; É Membro Titular do Conselho de Administração da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA; É Membro Titular do Conselho de Administração da Companhia Energética de Pernambuco – CELPE;		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	i. qualquer condenação criminal: Nenhuma ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma		
Tem relação conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau com: (i) administrador(a) do emissor; e (ii) concomitantemente ou não, administrador(a) de sociedades controladas (direta ou indiretamente), controladoras (direta ou indiretamente), e/ou coligadas em relação ao emissor.			
Não			

Tem e/ou teve (nos 3 últimos exercícios sociais) relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores do emissor e: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; e (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.
Sim, conforme informado acima.
Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes
Não aplicável

Nome		Ana Teresa Lafuente González (recondução)		
Data de Nascimento		07/12/1967		
Profissão		Engenheira Industrial com especialidade em Elétrica - pelaUniversidad Pontificia Comillas		
CPF		Passaporte Espanhol nº PA 0677835 (Estrangeira)		
Órgão da Administração		Conselho de Administração	Cargo Eletivo Ocupado	Membro Titular
Data da Eleição		08.04.2026	Data de Posse	08.04.2026
Prazo do Mandato		Até AGO 2028	Eleito pelo Controlador?	Sim
Nº de Mandatos		3	Percentual de Participação em Reuniões	100%
Descrição de outros cargos ou funções exercidas no emissor		N/A		
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.		Não se aplica.		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos				
Nome e Setor de atividade da Empresa:		IBERDROLA Setor: Energia		
Cargo:		Diretora Global de Redes – Janeiro 2024		
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor		(a) o grupo econômico do emissor		
Nome e Setor de atividade da Empresa:		IBERDROLA Setor: Energia		
Cargo:		Direção Regional Leste - Agosto 2019 – 2023		
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor		(a) o grupo econômico do emissor		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor		N/A		

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	i. qualquer condenação criminal: Nenhuma ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma
Tem relação conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau com: (i) administrador(a) do emissor; e (ii) concomitantemente ou não, administrador(a) de sociedades controladas (direta ou indiretamente), controladoras (direta ou indiretamente), e/ou coligadas em relação ao emissor.	
Não	
Tem e/ou teve (nos 3 últimos exercícios sociais) relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores do emissor e: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; e (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.	
Sim.	
Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes	
Não aplicável	

Nome	Giancarlo Vassão de Souza (recondução)		
Data de Nascimento	31/10/1975		
Profissão	Engenheiro		
CPF	178.207.148-24		
Órgão da Administração	Conselho de Administração	Cargo Ocupado	Membro Titular
Data da Eleição	08.04.2026	Data de Posse	08.04.2026
Prazo do Mandato	Até AGO 2028	Eleito pelo Controlador?	Sim
Nº de Mandatos Consecutivos	2	Percentual de Participação em Reuniões	-
Descrição de outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não se aplica.		
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.	Não se aplica, pois foi eleito pelo controlador.		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos			
Nome e Setor de atividade da Empresa:	Neoenergia S.A. Setor – Energia		
Cargo:	Diretor Executivo de Operações desde 15.06.2022		
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	(b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	É Membro Titular do Conselho de Administração da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA; É Membro Titular do Conselho de Administração da Companhia Energética de Pernambuco – CELPE;		

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	i. qualquer condenação criminal: Nenhuma ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma
Tem relação conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau com: (i) administrador(a) do emissor; e (ii) concomitantemente ou não, administrador(a) de sociedades controladas (direta ou indiretamente), controladoras (direta ou indiretamente), e/ou coligadas em relação ao emissor.	
Não	
Tem e/ou teve (nos 3 últimos exercícios sociais) relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores do emissor e: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; e (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.	
Sim, conforme informado acima.	
Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes	
Não aplicável	

Nome	Leonardo Pimenta Gadelha (recondução)		
Data de Nascimento	01/04/1974		
Profissão	Engenheiro		
CPF	025.987.667-41		
Órgão da Administração	Conselho de Administração	Cargo Ocupado	Titular
Data da Eleição	08.04.2026	Data de Posse	08.04.2026
Prazo do Mandato	Até AGO 2028	Eleito pelo Controlador?	Sim
Nº de Mandatos	5	Percentual de Participação em Reuniões	100%
Descrição de outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não se aplica		
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.	Não se aplica, pois foi eleito pelo controlador.		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos			
Nome e Setor de atividade da Empresa:	Neoenergia S.A. Setor – Energia		
Cargo:	Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores		
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	(a) o grupo econômico do emissor		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Membro titular do Conselho de Administração na Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Elektro, Neoenergia Distribuição Brasília, Belo Monte Participações e Energética Águas da Pedra		

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	i. qualquer condenação criminal: Nenhuma ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma
Tem relação conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau com: (i) administrador(a) do emissor; e (ii) concomitantemente ou não, administrador(a) de sociedades controladas (direta ou indiretamente), controladoras (direta ou indiretamente), e/ou coligadas em relação ao emissor.	
Não	
Tem e/ou teve (nos 3 últimos exercícios sociais) relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores do emissor e: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; e (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.	
Sim, conforme itens mencionados acima.	
Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes	
Não aplicável	

Nome	Edison Antonio Costa Britto Garcia (recondução)		
Data de Nascimento	16/08/1961		
Profissão	Advogado		
CPF	061.991.489-88		
Órgão da Administração	Conselho de Administração	Cargo Ocupado	Eletivo
Data da Eleição	08.04.2026	Data de Posse	08.04.2026
Prazo do Mandato	Até AGO 2028	Eleito Controlador?	pelo Não
Nº de Mandatos	4	Percentual Participação Reuniões	de em 100%
Descrição de outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não se aplica		
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.	Membro Independente eleito conforme determinado no Estatuto Social da Companhia		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos			
Nome e Setor de atividade da Empresa:	Companhia Energética de Brasília		
Cargo:	Presidente da Companhia Energética de Brasília - desde 16/01/2019 Diretor-Geral da CEB Iluminação Pública e Serviços S/A – 12/2020 Diretor-Geral da CEB Participações S.A. - desde 16/01/2019 Conselheiro de Administração - Companhia Energética de Brasília (Holding) - desde 16/01/2019		
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou	Não se aplica		

espécie de valor mobiliário do emissor	
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA Presidente da Companhia Energética de Brasília, desde 16/01/2019 Diretor-Geral da CEB Iluminação Pública e Serviços S/A – dez/2020; Diretor-Geral da CEB PARTICIPAÇÕES S.A., (desde 16/01/2019) Integra os Conselhos de Administração: Companhia Energética de Brasília (Holding), nato, desde 16/01/2019 Banco de Brasília – BRB (Presidente), desde janeiro/2021; INVESTCO S.A., empresa investida da CEB Lajeado S/A, representando acionista minoritário, (desde abril de 2019) Diretor-Geral da CEB Distribuição S.A., subsidiária integral de CEB, maio de 2019/ março de 2021; INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Procurador-Geral e Presidente do INSS – jan/2018 – janeiro/2019 Conselheiro do Conselho de Administração da Dataprev S/A – junho /2018 – janeiro/2019 INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA Procurador-Chefe no IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - out/2016 – jan/2018 ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO – AGU (1991/2020) Chefe de Gabinete do Advogado-Geral da União Substituto – fev de 2012/maio de 2016 Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União - AGU – agosto de 2014/agosto de 2016. ASSOCIAÇÃO DE INVESTIDORES NO MERCADO DE CAPITAIS (2006/2012) (entidade constituída por gestores de fundos e por bancos de investimento) Superintendente e Presidente Executivo - 2006/2012 COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM (1991/2006) Procurador Federal (1991/2006) Superintendente Regional em Brasília – 1998/2006 MINISTÉRIO DA FAZENDA Conselheiro Representante da CVM no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional – CRSFN - (2002/2004); Conselheiro (Suplente) do Primeiro Conselho de Contribuintes, na 3ª Câmara, do Ministério da Fazenda – Representante da Confederação Nacional do Comércio - CNC – (1994/2010); GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - 1996/1998

	Presidente do Conselho de Administração da CODEMAT – Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso – 1996/1998 Presidente do Conselho de Administração do CEPROMAT – Companhia de Processamento de Dados do Estado de Mato Grosso – 1996/1998; Diretor Nacional do Programa da ONU/PNUD (PRODEAGRO) - 1996/1998; Conselheiro do Conselho Deliberativo da SUDAM – 1996/1998; Secretário-Chefe do Governo de MT em Brasília – 1995; MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL Chefe da Assessoria do Ministro – outubro de 1992/1994; BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES Gerente de Relações Governamentais da Presidência - 1992; MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO Chefe da Assessoria de Assuntos Parlamentares – março de 1990/1991; MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO Coordenador da Assessoria de Assuntos Parlamentares - 1989/1990; ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ENAP Chefe da Assessoria Jurídica - 1988/1989; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – IMPRENSA NACIONAL Diretor da Imprensa Nacional - 1984/1988;
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	i. qualquer condenação criminal: Nenhuma ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma
Tem relação conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau com: (i) administrador(a) do emissor; e (ii) concomitantemente ou não, administrador(a) de sociedades controladas (direta ou indiretamente), controladoras (direta ou indiretamente), e/ou coligadas em relação ao emissor.	
Não	
Tem e/ou teve (nos 3 últimos exercícios sociais) relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores do emissor e: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; e (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.	
Não	
Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes	
N/A	

Nome	Esdras Mamona dos Santos		
Data de Nascimento	12/01/1982		
Profissão	Eletrotécnico – Escola Técnica de Eletro Mecânica da Bahia		
CPF	004.254.665-66		
Órgão da Administração	Conselho de Administração	Cargo Eletivo Ocupado	Membro Titular
Data da Eleição	02.03.2026	Data de Posse	08.04.2026
Prazo do Mandato	Até AGO 2026	Eleito pelo Controlador?	Não
Nº de Mandatos	1	Percentual de Participação em Reuniões	0%
Descrição de outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não se aplica		
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.	Não se aplica		
Experiências profissionais durante os últimos 5 anos:			
Nome e Setor de atividade da Empresa:	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA – UTD Feira Norte Setor: Energia		
Cargo:	Focal – Sistema de Medição Centralizado Técnico		
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não aplicável por ser a emissora.		
Nome e Setor de atividade da Empresa:	Recursos Humanos		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Diretor Sindical – SINERGIA-BA.		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	i. qualquer condenação criminal: Nenhuma ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma		
Tem relação conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau com: (i) administrador(a) do emissor; e (ii) concomitantemente ou não, administrador(a) de sociedades controladas (direta ou indiretamente), controladoras (direta ou indiretamente), e/ou coligadas em relação ao emissor.			
Não			
Tem e/ou teve (nos 3 últimos exercícios sociais) relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores do emissor e: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; e (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Não			
Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes			
N/A			

Nome	André Ricardo Oliveira Macêdo		
Data de Nascimento	18/07/1971		
Profissão	Eletrotécnico – Escola Técnica de Eletro Mecânica da Bahia		
CPF	493.453.385-00		
Órgão da Administração	Conselho de Administração	Cargo Eletivo Ocupado	Membro Suplente
Data da Eleição	26.02.2026	Data de Posse	08.04.2026
Prazo do Mandato	Até Abril 2028	Eleito pelo Controlador?	Não
Nº de Mandatos	1	Percentual de Participação em Reuniões	0%
Descrição de outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não se aplica		
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.	Não se aplica		
Experiências profissionais durante os últimos 5 anos:			
Nome e Setor de atividade da Empresa:	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA – Edifício Sede Setor: Operação SEP		
Cargo:	Controlador de Sistemas 3		
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não aplicável por ser a emissora.		
Nome e Setor de atividade da Empresa:	NOP / COI		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Representante de base Sindical – SINERGIA-BA.		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	i. qualquer condenação criminal: Nenhuma ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma		
Tem relação conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau com: (i) administrador(a) do emissor; e (ii) concomitantemente ou não, administrador(a) de sociedades controladas (direta ou indiretamente), controladoras (direta ou indiretamente), e/ou coligadas em relação ao emissor.			
Não			
Tem e/ou teve (nos 3 últimos exercícios sociais) relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores do emissor e: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; e (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Não			
Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes			
N/A			

CONSELHO FISCAL

Nome		Francesco Gaudio (recondução)	
Data de Nascimento		12.11.1946	
Profissão		Contador	
CPF		128.804.777-00	
Órgão da Administração		Conselho Fiscal	Cargo Eletivo Ocupado Membro Titular
Data da Eleição		08.04.2026	Data de Posse 08.04.2026
Prazo do Mandato		Até AGO 2027	Eleito pelo Controlador? Sim
Nº de Mandatos Consecutivos		10	Percentual de Participação em Reuniões 100%
Descrição de outros cargos ou funções exercidas no emissor		Não há	
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.		Não se aplica, pois foi eleito pelo controlador.	
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos			
Nome e Setor de atividade da Empresa:		Iberdrola Energia do Brasil Ltda. Setor: Energia	
Cargo:		Diretor Administrativo e Financeiro	
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor		(b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	
Nome e Setor de atividade da Empresa:		Coelba – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	
Cargo:		Membro Titular do Conselho Fiscal	
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor		(a) o grupo econômico do emissor	
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor		• Mesbla Serviços Financeiros S/A - Diretoria • Banco Dracma S/A. - Diretoria • Iberdrola Energia do Brasil - Diretor Administrativo e Financeiro • Neoenergia S.A. - Membro Titular do Conselho Fiscal (Presidente) • Celpe – Companhia Energética de Pernambuco - Membro Titular do Conselho Fiscal (Presidente) • Coelba – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Membro Titular do Conselho Fiscal (Presidente) • Cosern – Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Membro Titular do Conselho Fiscal (Presidente)	

	Elektro Redes S.A. - Membro Titular do Conselho Fiscal (Presidente)
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	i. qualquer condenação criminal: Nenhuma ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma
Tem relação conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau com:	
(i) administrador(a) do emissor; e	
(ii) concomitantemente ou não, administrador(a) de sociedades controladas (direta ou indiretamente), controladoras (direta ou indiretamente), e/ou coligadas em relação ao emissor.	
Não	
Tem e/ou teve (nos 3 últimos exercícios sociais) relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores do emissor e:	
(i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social;	
(ii) controlador direto ou indireto do emissor; e	
(iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.	
Sim, conforme informado acima.	
Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes	
Não aplicável	

Nome	Eduardo Valdés Sanchez (recondução)		
Data de Nascimento	30/09/1966		
Profissão	Engenharia Industrial – Universidad Politécnica de Madrid MBA - Dartmouth College - The Tuck School of Business at Dartmouth MBA - IESE Business School - University of Navarra		
CPF	055.017.167-39		
Órgão da Administração	Conselho Fiscal	Cargo Ocupado	Membro Titular
Data da Eleição	08.04.2026	Data de Posse	08.04.2026
Prazo do Mandato	Até AGO 2027	Eleito pelo Controlador?	Sim
Nº de Mandatos Consecutivos	8	Percentual de Participação em Reuniões	100%
Descrição de outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há		
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.	Não se aplica, pois foi eleito pelo controlador.		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos			
Nome e Setor de atividade da Empresa:	Grupo Inovainfo – 2013 até a presente data Varejo de Produtos Tecnológicos		
Cargo:	Sócio Fundador		
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma	Não aplicável		

classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	• Grupo Inovainfo – 2013 até a presente data; Sócio Fundador • AN2O Participações – 2008 a 2017; Sócio Diretor • Iansã Energia e Participações – 2008 a 2017; Administrador • TIM, Telecom Itália • Diretor Regional Nordeste • Neoenergia S.A. - Membro Titular do Conselho Fiscal • Celpe – Companhia Energética de Pernambuco - Membro Titular do Conselho Fiscal • Coelba – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Membro Titular do Conselho Fiscal • Cosern – Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Membro Titular do Conselho Fiscal • Elektro Redes S.A. - Membro Titular do Conselho Fiscal
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	i. qualquer condenação criminal: Nenhuma ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma
Tem relação conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau com:	
(i) administrador(a) do emissor; e	
(ii) concomitantemente ou não, administrador(a) de sociedades controladas (direta ou indiretamente), controladoras (direta ou indiretamente), e/ou coligadas em relação ao emissor.	
Não	
Tem e/ou teve (nos 3 últimos exercícios sociais) relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores do emissor e:	
(i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social;	
(ii) controlador direto ou indireto do emissor; e	
(iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.	
Sim, conforme informado acima.	
Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes	
Não aplicável	

Nome	João Guilherme Lamenza (recondução)		
Data de Nascimento	17.07.1965		
Profissão	Contador		
CPF	835.606.707-30		
Órgão da Administração	Conselho Fiscal	Cargo Eletivo Ocupado	Membro Titular
Data da Eleição	08.04.2026	Data de Posse	08.04.2026
Prazo do Mandato	Até AGO 2027	Eleito pelo Controlador?	Sim
Nº de Mandatos Consecutivos	7	Percentual de Participação em Reuniões	100%
Descrição de outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há		
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.	Não se aplica, pois foi eleito pelo controlador.		

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos			
Nome e Setor de atividade da Empresa:		Ampla Serviços e Assessoria Contábil Setor: Terceirização de Serviços Contábeis, Fiscais e Trabalhistas	
Cargo:		Sócio Diretor	
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor		Não aplicável	
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor		• Neoenergia S.A. - Membro Titular do Conselho Fiscal • Celpe – Companhia Energética de Pernambuco - Membro Titular do Conselho Fiscal • Coelba – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Membro Titular do Conselho Fiscal • Cosern – Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Membro Titular do Conselho Fiscal • Elektro Redes S.A. - Membro Titular do Conselho Fiscal	
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		i. qualquer condenação criminal: Nenhuma ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma	
Tem relação conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau com: (i) administrador(a) do emissor; e (ii) concomitantemente ou não, administrador(a) de sociedades controladas (direta ou indiretamente), controladoras (direta ou indiretamente), e/ou coligadas em relação ao emissor.			
Não			
Tem e/ou teve (nos 3 últimos exercícios sociais) relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores do emissor e: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; e (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Sim, conforme informado acima.			
Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes			
Não aplicável			

Nome	Fabiano Romes Maciel (recondução)		
Data de Nascimento	24/01/1972		
Profissão	Consultor Financeiro		
CPF	679.715.639-49		
Órgão da Administração	Membro do Conselho Fiscal	Cargo Eletivo Ocupado	Membro Titular
Data da Eleição	08.04.2026	Data de Posse	08.04.2026
Prazo do Mandato	Até AGO 2027	Eleito pelo Controlador?	Sim
Nº de Mandatos	2	Percentual de Participação em Reuniões	-

Descrição de outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não Aplicável
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.	Não Aplicável
Experiências profissionais durante os últimos 5 anos:	
Nome e Setor de atividade da Empresa:	Neoenergia S.A.
Cargo:	Membro Suplente do Conselho de Administração – 22.08.2023 a 21.08.2025
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	(b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Elektro Redes S.A. - Membro Titular do Conselho Fiscal – 2024/2025
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	i. qualquer condenação criminal: Nenhuma ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma
Tem relação conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau com: (i) administrador(a) do emissor; e (ii) concomitantemente ou não, administrador(a) de sociedades controladas (direta ou indiretamente), controladoras (direta ou indiretamente), e/ou coligadas em relação ao emissor.	
Não	
Tem e/ou teve (nos 3 últimos exercícios sociais) relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores do emissor e: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; e (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.	
Sim, conforme informado acima.	
Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes	
N/A	

Nome	José Antonio Lamenza (recondução)
Data de Nascimento	24/05/1961
Profissão	Bacharel em Ciências Contábeis – Universidade Candido Mendes
CPF	708.961.787-49

Órgão da Administração	Conselho Fiscal	Cargo Eletivo Ocupado	Suplente			
Data da Eleição	08.04.2026	Data de Posse	08.04.2026			
Prazo do Mandato	Até AGO 2027	Eleito pelo Controlador?	Sim			
Nº de Mandatos Consecutivos	7	Percentual de Participação em Reuniões	0%			
Descrição de outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há					
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.	Não se aplica, pois foi eleito pelo controlador.					
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos						
Nome e Setor de atividade da Empresa:	Ampla Serviços e Assessoria Contábil Setor: Terceirização de Serviços Contábeis, Fiscais e Trabalhistas					
Cargo:	Sócio Diretor					
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não aplicável					
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	• Neoenergia S.A. - Membro Suplente do Conselho Fiscal • Celpe – Companhia Energética de Pernambuco - Membro Suplente do Conselho Fiscal • Coelba – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Membro Suplente do Conselho Fiscal • Cosern – Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Membro Suplente do Conselho Fiscal • Elektro Redes S.A. - Membro Suplente do Conselho Fiscal					
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	i. qualquer condenação criminal: Nenhuma ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma					
Tem relação conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau com:						
(i) administrador(a) do emissor; e						
(ii) concomitantemente ou não, administrador(a) de sociedades controladas (direta ou indiretamente), controladoras (direta ou indiretamente), e/ou coligadas em relação ao emissor.						
Não						
Tem e/ou teve (nos 3 últimos exercícios sociais) relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores do emissor e:						
(i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social;						
(ii) controlador direto ou indireto do emissor; e						
(iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.						
Sim, conforme informado acima.						
Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes						
Não aplicável						

Nome	Glaucia Janice Nitsche (recondução)		
Data de Nascimento	09.07.1974		
Profissão	Contadora		
CPF	629.348.210-72		
Órgão da Administração	Conselho Fiscal	Cargo Ocupado	Membro Suplente
Data da Eleição	08.04.2026	Data de Posse	08.04.2026
Prazo do Mandato	Até AGO 2027	Eleito pelo Controlador?	Sim
Nº de Mandatos Consecutivos	10	Percentual de Participação em Reuniões	0%
Descrição de outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há		
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.	Não se aplica, pois foi eleito pelo controlador.		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos			
Nome e Setor de atividade da Empresa:	Iberdrola Construção e Serviços Ltda Setor: Serviços de Engenharia		
Cargo:	Diretora		
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	(b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	• Neoenergia S.A. - Membro Suplente do Conselho Fiscal • Celpe – Companhia Energética de Pernambuco - Membro Suplente do Conselho Fiscal • Coelba – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Membro Suplente do Conselho Fiscal • Cosern – Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Membro Suplente do Conselho Fiscal • Elektro Redes S.A. - Membro Suplente do Conselho Fiscal • Iberdrola Construção e Serviços Ltda - Diretora		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	i. qualquer condenação criminal: Nenhuma ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma		
Tem relação conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau com:			
(i) administrador(a) do emissor; e (ii) concomitantemente ou não, administrador(a) de sociedades controladas (direta ou indiretamente), controladoras (direta ou indiretamente), e/ou coligadas em relação ao emissor.			
Não			
Tem e/ou teve (nos 3 últimos exercícios sociais) relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores do emissor e:			
(i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; e			

(iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.
Sim, conforme informado acima.
Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes
Não aplicável

Nome	Antonio Carlos Lopes (recondução)		
Data de Nascimento	25/06/1958		
Profissão	Graduado pela FMU e Mestre em Ciências Contábeis pela PUC/SP		
CPF	898.205.508-82		
Órgão da Administração	Conselho Fiscal	Cargo Eletivo Ocupado	Membro Suplente
Data da Eleição	08.04.2026	Data de Posse	08.04.2026
Prazo do Mandato	Até AGO 2027	Eleito pelo Controlador?	Sim
Nº de Mandatos	6	Percentual de Participação em Reuniões	0%
Descrição de outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não Aplicável		
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.	Não Aplicável		
Experiências profissionais durante os últimos 5 anos:			
Nome e Setor de atividade da Empresa:	Asscont Assessoria Contábil e Auditoria S/S (41 anos)		
Cargo:	Sócio-diretor		
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não aplicável		
Nome e Setor de atividade da Empresa:	Asscont Consultoria e Gestão Ltda.(25 anos)		
Cargo:	Sócio-diretor		
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não aplicável		

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Sócio-diretor das empresas Asscont Assessoria Contábil e Auditoria S/S (41 anos), Asscont Consultoria e Gestão Ltda.(25 anos), Technique Search Brasil (14 anos) e Automóvel & Cia. Ltda. (19 anos) - Neoenergia S.A. - Membro Suplente do Conselho Fiscal - Celpe – Companhia Energética de Pernambuco - Membro Suplente do Conselho Fiscal - Coelba – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Membro Suplente do Conselho Fiscal - Cosern – Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Membro Suplente do Conselho Fiscal - Elektro Redes S.A. - Membro Suplente do Conselho Fiscal
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	i. qualquer condenação criminal: Nenhuma ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma
Tem relação conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau com: (i) administrador(a) do emissor; e (ii) concomitantemente ou não, administrador(a) de sociedades controladas (direta ou indiretamente), controladoras (direta ou indiretamente), e/ou coligadas em relação ao emissor.	
Não	
Tem e/ou teve (nos 3 últimos exercícios sociais) relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores do emissor e: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; e (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.	
Sim, conforme informado acima.	
Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes	
N/A	

Nome	Maria da Gória Guimarães dos Santos (recondução)		
Data de Nascimento	06/10/1960		
Profissão	Tecnólogo em Processamento de Dados pela UnB/Faculdade Alvorada		
CPF	214.103.561-91		
Órgão da Administração	Membro do Conselho Fiscal	Cargo Eletivo Ocupado	Membro Suplente
Data da Eleição	08.04.2026	Data de Posse	08.04.2026
Prazo do Mandato	Até AGO 2027	Eleito pelo Controlador?	Sim
Nº de Mandatos	3	Percentual de Participação em Reuniões	0%
Descrição de outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não Aplicável		
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.	Não Aplicável		
Experiências profissionais durante os últimos 5 anos:			

Nome e Setor de atividade da Empresa:	SEPRO - Brasil
Cargo:	Presidente - Maio 2016 a Fev 2019
Se a empresa integra: (a) o grupo econômico do emissor ou (b) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não Aplicável
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Maio 2016 a fev 2019 - Presidente do SEPRO - Brasil. Também atuou como Diretora de Tecnologia do Banco do Brasil, Diretora de Tecnologia da Aliança do Brasil Secretária de Logística e Tecnologia d Informação do Ministério do Planejamento, Vice-Presidente dos Correios, Diretora ABGF, Vice-Presidente de Financial Services Capgemini, Presidente da Holding AYO Group.
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	i. qualquer condenação criminal: Nenhuma ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Nenhuma iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Nenhuma
Tem relação conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau com: (i) administrador(a) do emissor; e (ii) concomitantemente ou não, administrador(a) de sociedades controladas (direta ou indiretamente), controladoras (direta ou indiretamente), e/ou coligadas em relação ao emissor.	
Não	
Tem e/ou teve (nos 3 últimos exercícios sociais) relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores do emissor e: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; e (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.	
Não	
Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes	
N/A	

ANEXO IV

INFORMAÇÕES SOBRE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E DO CONSELHO FISCAL

(NOS TERMOS DO ITEM 8 DO FRE – RESOLUÇÃO CVM 81/2022)

8.1. Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A prática de remuneração da Companhia visa estimular e promover o alinhamento de seus administradores à estratégia do negócio, motivando sua produtividade e eficiência, tendo como objetivo principal remunerar e reconhecer de forma justa, equilibrada e competitiva, estimulando-os na busca de soluções visando à satisfação dos clientes, expansão sustentável dos negócios e retorno aos seus acionistas.

Em 2025, a remuneração dos Conselheiros foi estabelecida com base em práticas de mercado e aprovada em Assembleia Geral Extraordinária. Os Diretores Estatutários são geridos por Contrato de Prestação de Serviços de Gestão, prezando pela aplicação das mesmas cláusulas gerais e benefícios disponibilizados. Em relação aos empregados, a remuneração segue critérios definidos na Orientação Técnica de Remuneração e Carreira aprovada pela Companhia em 21 de junho de 2021 e atualizada em 20 de janeiro de 2022.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.

Estabelecida anualmente pela Assembleia Geral, a remuneração do Conselho de Administração consubstancia-se em uma remuneração fixa, que é balizada nas práticas de mercado e visa reconhecer o valor dos Conselheiros interna e externamente.

A remuneração da Diretoria Estatutária é fixada pelo Conselho de Administração, observando sempre os limites globais da remuneração fixados pela Assembleia Geral.

- **Conselho de Administração:**

A remuneração global dos membros do Conselho de Administração foi distribuída entre o conselheiro titular representante dos empregados e o conselheiro titular independente. Os demais membros do Conselho de Administração não são remunerados pela função de conselheiros que exercem na Companhia, sendo remunerados por outras funções que exercem na administração da Companhia ou do grupo econômico em que se insere a Companhia. Para este órgão não há pacote de benefícios e pagamento de remuneração variável de curto e longo prazo. Os membros do Conselho de Administração recebem apenas honorários mensais.

- **Diretoria Estatutária:**

A remuneração da Diretoria Estatutária em 2025 foi composta por três elementos:

- Honorários anuais, divididos em 12 (doze) parcelas mensais e para os diretores com contrato celetista em 13,33 (12 parcelas + férias + 13º salário);
- Pacote de benefícios que inclui PGBL, Seguro de Vida, Plano de Saúde e Odontológico;
- Remuneração Variável, dividida em Incentivo de Curto Prazo (ICP) e Incentivo de Longo Prazo (ILP). O Incentivo de Curto Prazo (ICP) tem seu valor resultante do alcance de metas anuais estabelecidas para a diretoria. O Incentivo de Longo Prazo (ILP) é um programa que alinha os objetivos de longo prazo da Organização com as metas dos diretores de forma sustentável, reconhecendo o desempenho do executivo juntamente com a performance da Companhia.

Todos os elementos citados acima estão previstos nos Contrato de Prestação de Serviços de Gestão pactuados entre a Companhia e os Diretores Estatutários.

De forma extraordinária, os diretores podem ser remunerados por meio de programas de reconhecimento de desempenho ou de programas para retenção.

Estes elementos de remuneração têm como objetivo retenção, motivação e retribuição pelos serviços prestados, levando em consideração a responsabilidade do cargo, o tempo dedicado às suas funções, competência e reputação profissional, resultados alcançados e o valor dos serviços no mercado.

- **Conselho Fiscal:**

Os membros titulares do Conselho Fiscal recebem apenas honorários mensais, não tendo vínculo empregatício com a Companhia. O valor dos honorários é estabelecido e aprovado pela Assembleia Geral Ordinária anualmente, observado o limite legal equivalente a 10% da média atribuída à Diretoria Estatutária, nos termos da Lei das S.A.. Para este órgão não há pacote de benefícios e pagamento de remuneração variável de curto e longo prazo.

- **Comitês:**

A Companhia não possui Comitê permanente. Os comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração estão presentes apenas na controladora, Neoenergia.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Na estrutura organizacional do Grupo Neoenergia, há um comitê específico para tratar das questões de remuneração dos administradores – o Comitê de Remuneração e Sucessão da Neoenergia, controladora da Companhia. Trata-se de comitê de assessoramento com caráter permanente e a finalidade de propor ao Conselho de Administração da Neoenergia, as políticas, diretrizes e metodologia de remuneração dos administradores do Grupo, tendo como base as metas de desempenho estabelecidas pelo Conselho, as referências de mercado e índices de inflação. O Conselho de Administração da Neoenergia avalia as recomendações deste Comitê e define a composição da remuneração dos administradores. Importante ressaltar que a remuneração da Companhia é aprovada no âmbito de sua própria governança. Isto é, conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, nas assembleias gerais ordinárias de acionistas são estabelecidas a

remuneração global da administração para o ano em curso e, na reunião do Conselho de Administração da Companhia subsequente, esta remuneração é distribuída pelos órgãos da administração.

A Companhia acompanha e verifica as práticas de mercado periodicamente por meio de pesquisas salariais realizadas por consultorias especializadas, visando manter sua competitividade frente às empresas de mesmo porte e do Setor de Energia. Estas pesquisas são realizadas por meio de metodologias (Job Matching / Pontuação) que comparam o nível de responsabilidade de cada função desempenhada na Companhia com posições semelhantes no Mercado Regulado.

Durante o exercício de 2025 os elementos de remuneração foram reajustados da seguinte forma:

- Honorários: reajuste vinculado às variações do IGPM / IPCA conforme cláusulas contratuais ou em função reajuste vinculado as pesquisas sobre práticas de mercado levando em consideração a Estratégia do Negócio. Exceções deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia, após recomendação do Comitê de Remuneração e Sucessão da Neoenergia.
- Benefícios: PGBL e Seguro de Vida têm reajuste vinculado à variação dos Honorários; Plano de Saúde e Odontológico têm seu reajuste vinculado à variação de custos médicos e odontológicos e índices de sinistralidade apurados pela seguradora.
- Remuneração Variável:

a) Memória de cálculo

O Incentivo de Curto Prazo (ICP) é pago com base nos objetivos atingidos pelo Diretor Estatutário e pela empresa, sendo proporcional ao tempo trabalhado. Cada Diretor poderá obter um resultado individual compreendido no intervalo de 0 a 1.000 pontos, sobre o qual será apurado o ICP.

Segundo o modelo, para o atingimento de pontuações individuais inferiores ao mínimo exigido pela empresa (0 pontos) não há pagamento de Bônus (RV). Os valores máximos correspondem ao intervalo entre 80% e 100% da remuneração anual, de acordo com o cargo ocupado. A apuração é aprovada pelo Conselho de Administração da Neoenergia, após recomendação do Comitê de Remuneração e Sucessão da Neoenergia e prévia auditoria do Auditor Interno.

O Incentivo de Longo de Prazo (ILP) é destinado à Diretoria Estatutária da empresa e é pago com base em objetivos corporativos fixados para o período de avaliação determinado no Programa vigente. O beneficiário contemplado é elegível ao recebimento de um prêmio máximo (prêmio definido correspondente ao atingimento de 100% dos objetivos estabelecidos), conforme indicação do Conselho de Administração da Neoenergia, desde que sejam cumpridas as condições gerais previstas no Regulamento do Programa. Após o período de avaliação dos objetivos corporativos de longo prazo, eles são apurados e, com base no percentual alcançado, paga-se o ILP, em parcelas iguais, sucessivas e anuais. A apuração é aprovada pelo Conselho de Administração da Neoenergia, após recomendação do Comitê de Remuneração e Sucessão da Neoenergia e prévia auditoria do Auditor Interno.

b) Reajuste

Incentivo de Curto Prazo (ICP) têm reajuste vinculado à variação dos Honorários. A alteração das premissas do Programa está vinculada à aprovação do Conselho de Administração da Neoenergia, levando em consideração práticas de Mercado e Estratégia no Negócio.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A política de remuneração da Companhia é baseada nas premissas de melhor interesse dos acionistas na criação de valor sustentável e de longo prazo; metas e estratégias de negócios; melhores práticas de mercado; e no Propósito e Valores da Companhia.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

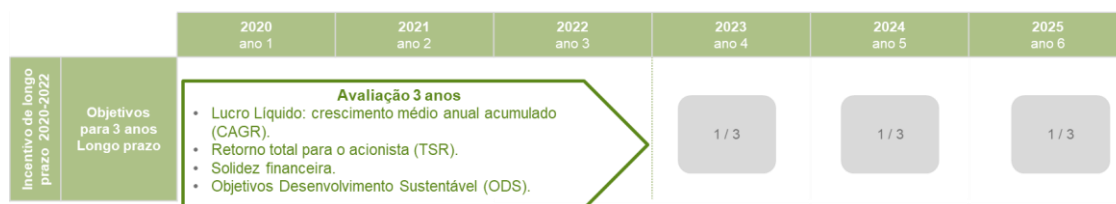
A Companhia objetiva manter a remuneração de seus profissionais competitiva frente ao mercado, a fim de reter e atrair talentos que lhe permitam atingir os objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazo.

O Programa de Incentivo de Curto Prazo (ICP) se baseia no cumprimento de metas anuais sendo divididas em corporativas e individuais, além de critérios econômico / financeiros e operacionais do negócio.

O Programa de Incentivo de Longo Prazo (ILP) se baseia no cumprimento de objetivos corporativos que visam a criação de valor e geração de riqueza para o negócio de forma sustentável. Os objetivos são alinhados e ponderados de acordo com o planejamento estratégico de Longo Prazo que resultará no retorno aos acionistas.

O plano de remuneração baseados em ações ('Plano de ações'), com entrega física de ações da Neoenergia, visa estimular e promover o alinhamento dos objetivos da Companhia, dos executivos e dos empregados, e mitigar os riscos na geração de valor da Companhia pela perda de seus executivos, fortalecendo o comprometimento e a produtividade desses nos resultados de longo prazo.

O período de avaliação do Plano de Ações foi entre 2020 e 2022, e a entrega das ações entre os exercícios de 2023 a 2025, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício no período do pagamento.



O Programa de Retenção 2022-2025 consiste em um bônus pago em 4 parcelas (dez/22, jun/23, jun/24, jun/25) e estará sujeito a manutenção do contrato de trabalho até dez/25. O pagamento referente as parcelas de dezembro/2022, junho/2023, junho/2024 e junho/2025 já foram liquidadas em forma de bônus. O Programa visa incentivar a dedicação exclusiva e integral dos beneficiários com conhecimento diferenciado acerca das operações da Companhia.

Um novo plano de remuneração de longo prazo baseado em pagamento em dinheiro foi outorgado.

O Programa de Incentivo de Longo Prazo 2023-2025 para a alta administração foi alinhado à estratégia e compromisso da Neoenergia com o crescimento sustentável e com a solidez financeira.

O período de avaliação do plano ILP 2023-25 se dará entre os anos de 2023 e 2025, e o pagamento de acordo ao cumprimento das metas definidas para programa entre os anos de 2026 e 2028 na condição de que o beneficiário mantém seu vínculo empregatício na data do pagamento.



• **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

Segue abaixo tabela com as proporções médias de cada elemento da remuneração nos anos de 2025, 2024 e 2023 - conforme apurado pela Companhia, considerando a prática de remuneração em vigor:

Ano	Cargo	Pró-labore/Honorários	Benefícios	Outros (Encargos)	Remuneração Variável	Outros Benefícios/Remuneração	Cessaçãodo Cargo	Total
2023	Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
2023	Diretoria Estatutária	42,26%	6,02%	0,00%	12,89%	5,49%	33,34%	100,00%
2023	Diretoria Não Estatutário	39,95%	11,87%	0,00%	37,39%	10,79%	0,00%	100,00%
2023	Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
2024	Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

2024	Diretoria Estatutária	34,44%	6,78%	0,00%	32,36%	0,00%	26,42 %	100,00%
2024	Diretoria Não Estatutário	50,59%	11,12 %	0,00%	25,50%	12,79%	0,00%	100,00%
2024	Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
2025	Conselho de Administração	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
2025	Diretoria Estatutária	36,66%	8,01%	0,00%	42,83%	0,00%	12,51 %	100,00%
2025	Diretoria Não Estatutário	46,57%	12,62 %	0,00%	28,74%	12,06%	0,00%	100,00%
2025	Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Na estrutura organizacional do Grupo Neoenergia, grupo controlador da Companhia, há um comitê específico para tratar das questões de remuneração dos administradores, – o Comitê de Remuneração e Sucessão da Neoenergia, controladora da Companhia. Trata-se de comitê de assessoramento com caráter permanente e cuja finalidade é propor ao Conselho de Administração da Neoenergia as políticas, diretrizes e metodologia de remuneração dos administradores das companhias integrantes do grupo, tendo como base as metas de desempenho estabelecidas pelo Conselho, as referências de mercado e os índices de inflação. O Conselho de Administração da Neoenergia avalia as recomendações deste Comitê e define a composição da remuneração dos administradores. Importante ressaltar que a remuneração da Companhia é aprovada no âmbito de sua própria governança.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Remunerações variáveis de curto e longo prazo são os elementos da remuneração que possuem correlação com indicadores de desempenho e influenciados pela composição de vários indicadores. Entre os principais indicadores estão: Lucro Líquido, EBITDA, Eficiência, Crescimento do Plano de Investimento e Melhora do Índice de Qualidade do Serviço entre outros.

(i) razões que justificam a composição da remuneração

A prática de remuneração da Companhia prevê apenas honorários mensais fixos para os membros do Conselho de Administração e Fiscal em decorrência de sua função deliberativa e de controle. Por outro lado, a composição da remuneração da Diretoria Estatutária visa refletir a responsabilidade de cada cargo, sempre mantendo a competitividade com o mercado. A Companhia busca incentivar a melhoria contínua da gestão, a atração e a retenção de seus Diretores, tendo como principais estratégias: (a) garantir uma remuneração fixa e um pacote de benefícios competitivos com as práticas do mercado e (b) complementar o pacote de remuneração com elementos variáveis de curto e longo prazo, os quais estão atrelados ao desempenho da Companhia e aos desempenhos individuais.

(ii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Durante o exercício de 2025 não existiram membros titulares não remunerados no Conselho Fiscal, mas existiram membros titulares não remunerados na Diretoria Estatutária e no Conselho

de Administração, conforme tabela 8.2. Os membros não remunerados da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração renunciaram aos honorários mensais, conforme prevê o Contrato de Prestação de Serviços de Gestão, pelo fato de ocuparem função de Diretor Estatutário na Neoenergia ou por questões contratuais similares decorrentes de seu vínculo empregatício com as demais empresas do Grupo. Os membros suplentes não percebem honorários mensais, sendo elegíveis ao pagamento somente na ausência do membro titular.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Durante o exercício de 2025 a Companhia teve 6,92 membros titulares no Conselho de Administração, dentre os quais 4,92 membros renunciaram aos honorários mensais em função do exercício de cargo de Diretoria Estatutária na Controladora direta ou em outras companhias integrantes do Grupo Neoenergia, conforme aplicável. Conforme prevê o Contrato de Prestação de Serviços de Gestão, o Diretor Estatutário contratado não tem direito a pagamento adicional pelo exercício de cargos de administração em companhias afiliadas, controladas ou coligadas.

Conselho de Administração (membros titulares)	% Alocação	Empresa
2	100%	NEOENERGIA COELBA
4,92	100%	NEOENERGIA

Em 2025 a Companhia foi responsável por 100% da remuneração de dois membros da Diretoria Estatutária. Os demais membros tiveram sua remuneração custeada de forma proporcional aos serviços prestados a cada uma das controladas ou controladora. A alocação da remuneração foi realizada conforme descrito abaixo:

Diretores	% Alocação	Empresa
2	100%	NEOENERGIA COELBA
2	100%	NEOENERGIA
4		

Em 2025 a Companhia teve 5 membros titulares no Conselho Fiscal sendo responsável por 100% da remuneração de todos eles.

Conselho Fiscal (membros titulares)	% Alocação	Empresa
5	100%	NEOENERGIA COELBA
5		

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

A Companhia não possui qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor, portanto, o item não é aplicável.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026- Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros *	7,00	4,00	9,00	20,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,00	5,00	15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	223.337	4.669.788	411.278	5.304.403
Benefícios direto e indireto	0	1.038.639	0	1.038.639
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros (encargos sociais sobre honorários)	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	Valores referentes a encargos totais	Valores referentes a encargos totais	Valores referentes a encargos totais	
Remuneração variável				
Bônus	0	3.393.133	0	3.393.133
Participação de resultados	0	621.545	0	621.545
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros (encargos sociais)	0	0	0	0

sobre bônus)				
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessaçãodo cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0
Outros (encargos sociais sobre ações)		0		0
Observações	Em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/C VM/SEP , o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/C VM/SEP , o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/C VM/SEP , o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remuneração	223.337	9.723.105	411.278	10.357.721

*titulares e suplentes

Remuneração total do Exercício Social findo em 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros *	6,92	4,00	9,00	19,92
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	5,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	60.984	2.955.888	366.126	3.382.998

Benefícios direto e indireto	0	715.214	0	715.214
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros (encargos sociais sobre honorários)	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	Valores referentes a encargos totais	Valores referentes a encargos totais	Valores referentes a encargos totais	
Remuneração variável				
Bônus	0	2.109.809	0	2.109.809
Participação de resultados	0	615.615	0	615.615
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros (encargos sociais sobre bônus)	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	557.793	0	557.793
Baseada em ações (incluindo opções)	0	342.095	0	342.095
Outros (encargos sociais sobre ações)		0		0
Observações	Em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP , o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP , o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP , o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do	

			número de membros de cada órgão apurado mensalmente	
Total da remuneração	60.984	7.296.413	366.126	7.723.523

Remuneração total do Exercício Social findo em 31/12/2024- Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros *	7,00	4,00	9,00	20,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	5,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	58.080	2.903.879	341.544	3.303.503
Benefícios direto e indireto	0	603.760	0	603.760
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros (encargos sociais sobre honorários)	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0	1.595.783	0	1.595.783

Participação de resultados	0	521.226	0	521.226
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros (encargos sociais sobre bônus)	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessaçãodo cargo	0	1.150.513	0	1.150.513
Baseada em ações (incluindo opções)	0	354.982	0	354.982
Outros (encargos sociais sobre ações)		0		0
Observações	Em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/CV M/SEP/, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/CV M/SEP/, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/CV M/SEP/, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remuneração	58.080	7.130.143	341.544	7.529.767

Remuneração total do Exercício Social encerrado 31/12/2023- Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
--	----------------------------------	------------------------------	------------------------	--------------

Nº total de membros *	7,50	4,00	9,00	20,50
Nº de membros remunerados	2,00	2,42	5,00	9,42
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	58.080	4.217.719	325.546	4.601.345
Benefícios direto e indireto	0	749.583	0	749.583
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros (encargos sociais sobre honorários)	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0	1.893.126	0	1.893.126
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros (encargos sociais sobre bônus)	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações				

ções variáveis				
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	2.569.733	0	2.569.733
Baseada em ações (incluindo opções)	0	682.725	0	682.725
Outros (encargos sociais sobre ações)		0		
Observações	Em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/C VM/SEP/, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/C VM/SEP/, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/C VM/SEP/, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remuneração	58.080	10.112.886	325.546	10.496.512

* Titulares e Suplentes

8.3. Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas honorários mensais, não sendo elegíveis à Remuneração Variável.

Em 2025 a Companhia foi responsável por 100% da remuneração de dois membros da Diretoria Estatutária. Os demais membros tiveram sua remuneração custeada de forma proporcional aos serviços prestados a cada uma das Controladas e Controladora. A alocação da remuneração foi realizada conforme descrito abaixo:

Diretores	% Alocação	Empresa
2	100%	NEOENERGIA COELBA
2	100%	NEOENERGIA

Os valores demonstrados neste item referem-se ao Incentivo de Curto Prazo (ICP) apurado nos últimos exercícios sociais.

O número total de membros do Conselho de Administração e Fiscal inclui titulares e suplentes. O número de membros remunerados do Conselho de Administração e Fiscal inclui os membros titulares ou suplentes em exercício, desde que não tenham renunciado à remuneração. A quantidade de membros foi apurada pela média anual do número de membros remunerados apurado mensalmente, conforme instrução do Ofício Circular Anual CVM/SEP.

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente - 2026				
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. número total de membros	7,00	4,00	9,00	20,00
c. número de membros remunerados	6,00	4,00	5,00	15,00
d. em relação ao bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4.213.276	-	4.213.276
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	3.393.133	-	3.393.133
e. em relação à participação no resultado:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	704.700	-	704.700
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	621.545	-	621.545

Remuneração variável exercício social encerrado - 2025				
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. número total de membros	6,92	4,00	9,00	19,92
c. número de membros remunerados	2,00	2,00	5,00	9,00
d. em relação ao bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.402.314	-	2.402.314

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	2.402.314	-	2.402.314
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	2.109.809	-	2.109.809
e. em relação à participação no resultado:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	669.707	-	669.707
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	615.615	-	615.615

Remuneração variável exercício social encerrado - 2024				
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. número total de membros	7,00	4,00	9,00	21,00
c. número de membros remunerados	2,00	2,00	5,00	9,00
d. em relação ao bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.740.772	-	2.740.772
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	1.718.984	-	1.718.984
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	1.595.783	-	1.595.783
e. em relação à participação no resultado:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	610.292	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	521.226	-	-

**Remuneração
variável
exercício
social
encerrado -
2023**

a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. número total de membros	7,50	4,00	9,00	20,50
c. número de membros remunerados	2,00	2,42	5,00	9,00
d. em relação ao bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.740.772	-	2.740.772
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	2.740.772	-	2.740.772
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	1.893.126	-	1.893.126
e. em relação à participação no resultado:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas	-	-	-	-

estabelecidas				
fossem				
atingidas				
iv. valor				
efetivamente				
reconhecido no				
resultado do				
exercício social	-	-	-	-

8.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

a. termos e condições gerais

O ILP é um mecanismo de remuneração e de retenção dos administradores, executivos e gestores das empresas pertencentes ao Grupo. O Programa aprovado tem uma vigência de seis anos divididos da seguinte forma: (1) Período de avaliação do nível de desempenho dos Objetivos: 1º de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2022; e (2) Período de liquidação: pagamento anual em 3 parcelas nos exercícios 2023 a 2025.

b. data de aprovação e órgão responsável

Em 16 de março e 20 de abril de 2020, o Conselho de Administração e a Assembleia Geral Extraordinária da Neoenergia, respectivamente, aprovaram a implantação de um Programa de Incentivo de Longo Prazo ("ILP"), baseado em ações.

c. número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações líquidas a ser entregues a todos os Beneficiários do Programa 2020-2022 (controladora e controladas) será de 3.650.000 (três milhões, seiscentos e cinquenta mil), equivalente a 0,3% da capitalização e equivalente a R\$ 91MM líquidos, excluídos os impostos, encargos sociais e previdenciários.

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

Não se aplica.

e. condições de aquisição de ações

O Programa 2020-2022 está vinculado ao desempenho da Companhia em relação aos seguintes objetivos, projetando um cenário desafiador para uma empresa com crescimento rentável, sólida financeiramente e comprometida com o desenvolvimento sustentável, conforme apresentado abaixo:

Peso	Objetivo
30%	Crescimento médio anual acumulado (CAGR) do Benefício líquido para o período 2020-2022 baseado no fechamento 2019
20%	Evolução comparada do Retorno total para o acionista (TSR) em relação comparável
20%	Manutenção da solidez financeira da Sociedade: Dívida Líquida / EBITDA
30%	Objetivos de desenvolvimento sustentável

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de aquisição das ações será o preço de mercado nas suas respectivas datas de compra.

Adicionalmente, em 15 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a recompra de até 2.555.000 (dois milhões quinhentos e cinquenta e cinco mil) ações, via contratação de instrumento financeiro (*Equity Swap*), para proteger a Companhia da volatilidade do preço de suas ações (NEOE3), quando este evento poderia impactar negativamente os fluxos de caixa futuros assumidos no âmbito de seu Programa de Incentivo de Longo Prazo

O preço médio de referência às ações do *Equity swap*, a época, é de R\$ 16,20.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

O Conselho de Administração ou o Diretor Presidente (respeitando-se a competência a eles atribuída) poderá, com base no desenvolvimento profissional e no nível de responsabilidade do Beneficiário durante o Período de Avaliação, vis-à-vis a criação de valor para a Companhia, aumentar ou reduzir o número máximo de ações líquidas do incentivo para o prazo restante do Período de Avaliação.

h. forma de liquidação

Pela entrega das ações em 3 (três) parcelas anuais, ao longo do período de liquidação.

i. restrições à transferência das ações

As ações não serão entregues, caso os pressupostos para a sua outorga não sejam cumpridos (metas não atingidas e/ou saída antecipada do beneficiário).

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Poderá ser declarado o vencimento antecipado parcial do Programa caso: (i) Companhia participe de qualquer reorganização societária com empresas não pertencentes a seu grupo econômico (ii) em caso de dissolução e/ou liquidação da Companhia; ou (iii) em caso de alteração de controle acionário, assim considerada a aquisição por pessoa física ou jurídica, considerados individualmente ou em conjunto com outras pessoas vinculadas a acordo de voto, de participação societária na Companhia superior a 50% do capital social ou participação inferior que permita ao adquirente a eleição da maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia poderá, mediante parecer do Comitê de Remuneração e Sucessão, modificar as condições deste Programa, consideradas necessárias ou convenientes, para adaptar/atender as condições legais e fiscais ou de qualquer outra natureza que podem vir a afetar os Beneficiários do Programa 2020-2022 ou a Companhia.

Nas hipóteses acima, as alterações ao Programa e seus efeitos serão comunicados aos participantes.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

A manutenção da qualidade de beneficiário dos Planos de Incentivo depende, dentre outras coisas, da manutenção de vínculo empregatício com a Companhia. A perda da qualidade de

beneficiário do Plano a qualquer momento de sua vigência privará o beneficiário do direito de receber qualquer valor oriundo desse incentivo, exceto nas situações abaixo:

- A incapacidade temporária por doença ou acidente reconhecidos pela seguridade social;
- Caso o Beneficiário, ao completar 65 (sessenta e cinco) anos, se aposente e tenha seu vínculo de trabalho com a Companhia encerrado, este será automaticamente excluído do Programa 2020-2022, mas continuará fazendo jus à outorga do incentivo e aos pagamentos do incentivo a que teria direito caso tivesse continuado ativo.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - i. em aberto no início do exercício social
 - ii. perdidas e expiradas durante o exercício social
 - iii. exercidas durante o exercício social
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto

A Companhia não possui remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações, portanto, este item não é aplicável para os exercícios sociais encerrados em 31/12/2025, 31/12/2024 e 31/12/2023 e não há previsão para o exercício social corrente.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de opções outorgadas
- f. prazo para que as opções se tornem exercíveis
- g. prazo máximo para exercício das opções
- h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
- i. valor justo das opções na data da outorga
- j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

A Companhia não possui remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações, portanto, este item não é aplicável para os exercícios sociais encerrados em 31/12/2025, 31/12/2024 e 31/12/2023 e não há previsão para o exercício social corrente.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e. em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
- f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, este item não é aplicável para o último exercício social.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. número de ações
- e. preço médio ponderado de exercício
- f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
- g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, este item não é aplicável para os exercícios sociais encerrados em 31/12/2025, 31/12/2024 e 31/12/2023.

8.9 - Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários em 2026	Diretoria estatutária
b. número total de membros	4,00
c. número de membros remunerados	4,00
d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários (nº de ações)	0

Remuneração baseada em ações, entregues aos beneficiários em 2025	Diretoria estatutária
b. número total de membros	4,00
c. número de membros remunerados	2,00
d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários (nº de ações)	32.267

Remuneração baseada em ações, entregues aos beneficiários em 2024	Diretoria estatutária
b. número total de membros	4,00
c. número de membros remunerados	2,00
d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários (nº de ações)	64.534

Remuneração baseada em ações, entregues aos beneficiários em 2023	Diretoria estatutária
b. número total de membros	4,00
c. número de membros remunerados	2,42
d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários (nº de ações)	82.000

8.10 - Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de ações outorgadas
- f. prazo máximo para entrega das ações
- g. prazo de restrição à transferência das ações
- h. valor justo das ações na data da outorga
- i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

Remuneração baseada em ações outorgadas aos beneficiários 2026	Diretoria estatutária
b. número total de membros	4,00
c. número de membros remunerados	4,00

d. data de outorga	-
e. quantidade de ações outorgadas	0
f. prazo máximo para entrega das ações	-
g. prazo de restrição à transferência das ações	N/A
h. valor justo das ações na data da outorga	0
i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-

Remuneração baseada em ações outorgadas aos beneficiários 2025	Diretoria estatutária
b. número total de membros	4,00
c. número de membros remunerados	2,00
d. data de outorga	01/12/2020
e. quantidade de ações outorgadas	121.000
f. prazo máximo para entrega das ações	31/03/2025
g. prazo de restrição à transferência das ações	N/A
h. valor justo das ações na data da outorga	18,36
i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 2.221.560

Remuneração baseada em ações outorgadas aos beneficiários 2024	Diretoria estatutária
b. número total de membros	4,00
c. número de membros remunerados	2,00
d. data de outorga	01/12/2020
e. quantidade de ações outorgadas	121.000
f. prazo máximo para entrega das ações	31/03/2025
g. prazo de restrição à transferência das ações	N/A
h. valor justo das ações na data da outorga	18,36
i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 2.221.560

Remuneração baseada em ações outorgadas aos beneficiários 2023	Diretoria estatutária
b. número total de membros	4,00
c. número de membros remunerados	2,42
d. data de outorga	01/12/2020
e. quantidade de ações outorgadas	91.500
f. prazo máximo para entrega das ações	31/03/2025
g. prazo de restrição à transferência das ações	N/A
h. valor justo das ações na data da outorga	18,36
i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 1.679.940

8.11 - Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. número de ações
- e. preço médio ponderado de aquisição
- f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas
- g. multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas

Remuneração baseada em ações entregues aos beneficiários 2025	Diretoria estatutária
b. número total de membros	4,00
c. número de membros remunerados	2,00
d. número de ações liquidas	32.267
e. preço médio ponderado de aquisição	15,34
f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	20,22
g. multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	R\$ 157.463

Remuneração baseada em ações entregues aos beneficiários 2024	Diretoria estatutária
b. número total de membros	4,00
c. número de membros remunerados	2,00
d. número de ações liquidas	32.267
e. preço médio ponderado de aquisição	15,34
f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	20,98
g. multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	R\$ 181.986

Remuneração baseada em ações entregues aos beneficiários 2023	Diretoria estatutária
b. número total de membros	4,00
c. número de membros remunerados	2,42
d. número de ações liquidas	32.267
e. preço médio ponderado de aquisição	15,34
f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	15,34
g. multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	R\$ 494.976

8.12 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação

Fluxo de caixa descontado. O modelo de precificação leva em consideração o valor de mercado das ações da Neoenergia S.A na data de outorga do programa, menos o valor presente dos dividendos projetados pela administração durante o período do programa.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

- Preço de mercado das ações na data de outorga: R\$18,36.
- Valor presente médio dos dividendos esperados: R\$ 2,27.
- Taxa de juros: 8,59% a.a.
- Valor de referência das ações na data de outorga: R\$16,09.

No caso de que a liquidação em ações do ILP signifique a diminuição do *free float* abaixo de 15%, a liquidação poderá ser através do valor equivalente em reais considerando o preço da ação no momento.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não se aplica.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Não se aplica.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Empresa*	Classe	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Total
Neoenergia	ON	716.520	0	427.282	1.143.802
Neoenergia Coelba	ON	0	0	0	0
Neoenergia Coelba	PNA	0	28.032	0	28.032
Neoenergia Coelba	PNB	0	0	0	0
Neoenergia Elektro	ON	0	0	0	0
Neoenergia Elektro	PN	0	0	0	0
Afluente T	ON	0	0	0	0

***Companhia**

Empresa*	Classe	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Total
Neoenergia Coelba	ON	249.680	3.800	61.800	315.280
Neoenergia Elektro	ON	249.666	0	115.800	365.466
Afluente T	ON	249.666	0	139.040	388.706

***Controladora**

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a. Órgão	Diretoria Estatutária
b. Número de membros	04 membros
c. Número de membros remunerados	02 membros nomeados com apólice vigente na Companhia durante parte do exercício de 2025
d. Nome do plano	Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) – Bradesco Vida e Previdência Néos Previdência
e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Não há membros nesta situação
f. Condições para se aposentar antecipadamente	- Ter no mínimo 50 anos de idade; - Ter no mínimo 1 ano de contribuição no plano Sempre que a renda mensal resultante do saldo da conta de provisão total do participante no PGBL, no momento da concessão do benefício, resultar em valor inferior ao de 01 unidade de referência, reajustada, o saldo existente será pago de uma única vez cancelando o vínculo do participante com o plano.
g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 56.470,48 (31/12/2023) R\$ 319.581,30 (31/12/2024) R\$ 604.332,53 (31/12/2025)
h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 55.200,00 (31/12/2023) R\$ 263.110,82 (31/12/2024) R\$ 284.751,23 (31/12/2025)
i. Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Há, a partir do 60º dia contado da inscrição do participante no plano, o participante poderá fazer o resgate total ou parcial do saldo da provisão do participante, sendo que o resgate da provisão da instituidora deverá observar os critérios da cláusula sexta – Vesting do contrato.

8.15 - Valor da maior, da menor e valor médio da remuneração individual do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Órgão da Administração	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Exercício social encerrado em									
Nº de membros *	6,92	7,00	7,50	4,00	4,00	4,00	9,00	9,00	9,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,42	5,00	5,00	5,00
Valor da maior remuneração (Reais)	30.492	29.040	29.040	3.902.411	3.204.472	5.298.269	73.500	68.505	65.109
Valor da menor remuneração (Reais)	30.492	29.040	29.040	2.836.209	2.775.158	2.405.321	72.126	67.524	65.109

Valor médio da remuneração (Reais)	30.49 2	29.04 0	29.04 0	3.648. 206	3.565. 072	4.184. 642	73.22 5	68.30 9	65.10 9
---	------------	------------	------------	---------------	---------------	---------------	------------	------------	------------

Observação:

Diretoria Estatutária	
31/12/2025	A Companhia é responsável apenas pela remuneração de dois diretores estatutários, os demais são remunerados segundo o rateio efetuado através das controladas, conforme item 8.1 d O valor da maior remuneração anual individual foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros remunerados do órgão.
31/12/2024	A Companhia é responsável apenas pela remuneração de um diretor estatutário, os demais são remunerados segundo o rateio efetuado através das controladas, conforme item 8.1 d. O valor da maior remuneração anual individual foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros remunerados do órgão.
31/12/2023	A Companhia é responsável apenas pela remuneração de um diretor estatutário, os demais são remunerados segundo o rateio efetuado através das controladas, conforme item 8.1 d. O valor da maior remuneração anual individual foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros remunerados do órgão.

Conselho de Administração	
31/12/2025	O número total de membros do Conselho de Administração inclui titulares e suplentes. O número de membros remunerados do Conselho de Administração inclui os membros titulares ou suplentes em exercício, desde que não tenham renunciado à remuneração. A quantidade de membros foi apurada através de média anual do número de membros remunerados apurado mensalmente, conforme instrução do Ofício Circular Anual CVM/SEP. O valor da maior remuneração anual individual foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado.

Conselho de Administração	
	O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros remunerados do órgão.
31/12/2024	O número total de membros do Conselho de Administração inclui titulares e suplentes. O número de membros remunerados do Conselho de Administração inclui os membros titulares ou suplentes em exercício, desde que não tenham renunciado à remuneração. A quantidade de membros foi apurada através de média anual do número de membros remunerados apurado mensalmente, conforme instrução do Ofício Circular Anual CVM/SEP. O valor da maior remuneração anual individual foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros remunerados do órgão.
31/12/2023	O número total de membros do Conselho de Administração inclui titulares e suplentes. O número de membros remunerados do Conselho de Administração inclui os membros titulares ou suplentes em exercício, desde que não tenham renunciado à remuneração. A quantidade de membros foi apurada através de média anual do número de membros remunerados apurado mensalmente, conforme instrução do Ofício Circular Anual CVM/SEP. O valor da maior remuneração anual individual foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros remunerados do órgão.

Conselho fiscal	
31/12/2025	O número total de membros do Conselho Fiscal inclui titulares e suplentes. O número de membros remunerados do Conselho Fiscal inclui os membros titulares ou suplentes em exercício, desde que não tenham renunciado à remuneração. A quantidade de membros foi apurada através de média anual do número de membros remunerados apurado mensalmente, conforme instrução do Ofício Circular Anual CVM/SEP. O valor da maior remuneração anual individual foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado.

	O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros remunerados do órgão.
31/12/2024	O número total de membros do Conselho Fiscal inclui titulares e suplentes. O número de membros remunerados do Conselho Fiscal inclui os membros titulares ou suplentes em exercício, desde que não tenham renunciado à remuneração. A quantidade de membros foi apurada através de média anual do número de membros remunerados apurado mensalmente, conforme instrução do Ofício Circular Anual CVM/SEP. O valor da maior remuneração anual individual foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros remunerados do órgão.
31/12/2023	O número total de membros do Conselho Fiscal inclui titulares e suplentes. O número de membros remunerados do Conselho Fiscal inclui os membros titulares ou suplentes em exercício, desde que não tenham renunciado à remuneração. A quantidade de membros foi apurada através de média anual do número de membros remunerados apurado mensalmente, conforme instrução do Ofício Circular Anual CVM/SEP. O valor da maior remuneração anual individual foi apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no resultado. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O valor médio é o total pago no ano dividido pelo número de membros remunerados do órgão.

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

De acordo com o Contrato de Prestação de Serviços de Gestão pactuado entre a Companhia e os Diretores Estatutários, no caso de encerramento contratual (pelas contratantes), os diretores têm direito a uma indenização calculada com base nos seus honorários fixos mensais, bem como, a uma cobertura de plano médico/odontológico por até 12 (doze) meses após a rescisão contratual. De forma extraordinária, os diretores podem ser elegíveis a condições de saída, desde que aprovadas pelo Conselho de Administração, após recomendação do Comitê de Remuneração e Sucessão.

A Companhia oferece aos administradores que compõem a Diretoria Executiva e Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia, em virtude dos mesmos assumirem responsabilidades

legalmente atribuídas ao cargo, um documento onde diz que a companhia tomará todas as providências e assumirá todos os custos necessários para defendê-los em quaisquer procedimentos, incluindo mas não se limitando a investigações, reclamações, inquéritos, ou processos judiciais ou extrajudiciais, de qualquer natureza, até decisão final com trânsito em julgado, independentemente do local ou jurisdição, órgão, fórum ou instância em que sejam iniciados e terminados, bem como se responsabiliza por assumir os débitos ou reembolsá-los de quaisquer valores decorrentes de tais procedimentos, que tenham por objeto atos relacionados com os deveres e responsabilidades exclusivas do exercício do seu cargo na Companhia e que resultem em diminuição do patrimônio.

Não obstante o acima exposto, o mesmo documento diz que a Companhia não o defenderá tampouco se responsabilizará pelos resultados ou custos de qualquer dos procedimentos previstos acima que seja, direta ou indiretamente, resultante de atos praticados pelo administrador (i) em desacordo com as leis ou com o Estatuto Social da Companhia, ou (ii) visando interesses próprios ou de terceiros em detrimento dos interesses da Companhia.

Além do compromisso acima, a Companhia também contrata apólice de seguro para os administradores que compõem a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração e Fiscal da Companhia, conforme descrito no item 7.7, com Limite Segurado de R\$ 150.000.000 (cento e cinquenta milhões) prêmio de 1.553.352,49 (Um milhão, quinhentos e cinquenta e três mil, trezentos e cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos), e cobertura similar garantindo o pagamento da indenização e dos custos de defesa que tenham como objeto os atos relacionados com os deveres e responsabilidades exclusivas do exercício do seu cargo.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão da Administração/ Exercício social	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
2026	65%	0%	98%
2025	0%	0%	80%
2024	50%	0%	80%
2023	0%	0%	80%

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não houve pagamento de remuneração para membros da Diretoria Estatutária e Conselho de Administração por qualquer razão que não a função que ocupam para os 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para exercício social corrente.

8.19. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Exercício social 2026– remunerações previstas em função do exercício do cargo no emissor

2026	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2026 – demais remunerações previstas, especificando a que título foram atribuídas ⁽¹⁾

2026	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	26.747.534	0	644.063	27.391.596
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	329.125	4.984.208	572.578	5.885.912

(1) Membros também nomeados na Controladora incluindo todos os honorários, benefícios e encargos recebidos de acordo com o regime de caixa do exercício.

Exercício social 2025– remunerações em função do exercício do cargo no emissor

2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2025 – demais remunerações recebidas , especificando a que título foram atribuídas ⁽¹⁾

2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	31.744.201	-	604.049	32.348.250
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	274.428	3.948.909	557.441	4.780.779

(1) Membros também nomeados na Controladora incluindo todos os honorários, benefícios e encargos recebidos de acordo com o regime de caixa do exercício.

Exercício social 2024 – remunerações em função do exercício do cargo no emissor

2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2024 – demais remunerações recebidas , especificando a que título foram atribuídas ⁽¹⁾

2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	16.727.104	-	544.230	17.271.334
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	261.360	3.720.778	580.528	4.301.306

(1) Membros também nomeados na Controladora incluindo todos os honorários, benefícios e encargos recebidos de acordo com o regime de caixa do exercício.

Exercício social 2023 – remunerações em função do exercício do cargo no emissor

2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2023 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas ⁽¹⁾

2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	20.843.198	-	494.182	21.337.380
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	264.845	3.332.329	477.778	4.074.951

(1) Membros também nomeados na Controladora incluindo todos os honorários, benefícios e encargos recebidos de acordo com o regime de caixa do exercício.

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal considerando encargos sociais.

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026- Valores Anuais com encargos sociais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros *	7,00	4,00	9,00	20,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,00	5,00	15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	223.337	4.669.788	411.278	5.304.403
Benefícios direto e indireto	0	1.038.639	0	1.038.639
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros (encargos sociais sobre honorários)	44.667	1.165.329	82.256	1.292.252
Descrição de outras remunerações fixas	Valores referentes a encargos totais	Valores referentes a encargos totais	Valores referentes a encargos totais	
Remuneração variável				
Bônus	0	3.393.133	0	3.393.133
Participação de resultados	0	621.545	0	621.545
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros (encargos sociais sobre bônus)	0	798.159	0	798.159

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0	0,00	0
Outros (encargos sociais sobre ações)		0		0
Observações	Em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP , o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP , o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Em conformidade com o item 10.2.13 (b) do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP , o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remuneração	268.005	11.686.594	493.534	12.448.132

* Titulares e Suplentes